

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de História

# Dos Alienados aos Psicopatas

O Processo de institucionalização da  
Loucura no Rio Grande do Norte (1857-1957)

Juliana Rocha de Azevedo

COHIA - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de Documentação  
N.º Reg. \_\_\_\_\_  
Patrimônio \_\_\_\_\_  
Cutter \_\_\_\_\_  
Natal, \_\_\_\_\_

500

Nota: 9,0

# Dos Alienados aos Psicopatas

*O Processo de Institucionalização da Loucura no Rio Grande do Norte (1857-1957)*

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Helder do Nascimento Viana.



Natal/RN  
2003.1

## *Agradecimentos:*

Ao meu Deus por permitir o feito de todas as minhas realizações pessoais e acadêmicas – Fonte Divina;

A minha família, principalmente a meu pai Francisco Eduardo de Azevedo, que soube transpor as barreiras impostas pela vida, mantendo-se firme com dignidade e sapiência nos ideais Divinos para assim formar seus três filhos, juntamente com minha mãe Elda Rocha de Azevedo, primeira amiga e professora que me ensinou a dar os primeiros passos desta longa, pedregosa, mas recompensadora caminhada que é a vida – Fonte de Vida – e aos meus irmãos Diva Azevedo da Rocha e Manoel Eduardo Rocha de Azevedo companheiros presente em todas as etapas de minha vida – Fonte de Ajuda; A Irmã Yedda Cirillo, um anjo da guarda terreno, sempre cuidadoso – Fonte de Cuidados;

A Wagner do Nascimento Rodrigues e sua mãe Fernanda Suely Rodrigues, grandes amigos que me acolheram com grande receptividade e contribuíram juntos para o meu engrandecimento pessoal – Fontes de Amizade;

A Wani Fernandes Pereira, uma grande amiga que sem dúvida foi uma das pessoas que mais me incentivou na minha vida acadêmica a buscar a realização desta etapa – Fonte de Iniciativa –, a Hélio de Oliveira por me presentear com sua atenção e amizade sinceras, escassas nos tempos de hoje – Fonte de Alegria –, e a todos os funcionários do Museu Câmara Cascudo que me acolheram com grande carinho e que me permitiram integrar àquela maravilhosa família, proporcionando um ambiente apto a realização de um trabalho motivador e idealizador;

A todos meus professores que me acompanharam desde o começo desta marcha, principalmente aos professores: Helder do Nascimento Vianna que me fez enxergar o outro lado da história, o lado crítico do novo historiador, futuro agente transformador dessa sociedade. A Aurinete Girão, referencial para todos os universitários – Fontes de Profissionalismo; e a Jorginho um ser humano excepcional, grande amigo e incentivador – Fonte de Humanidade.

Ao médico Joaquim Eloi da Silva, que me orientou na busca das fontes de pesquisa e por mostrar a todo o momento que valia a pena seguir em frente – Fonte de Entusiasmo; Ao Diretor do Hospital João Machado, Dr. Francisco Rodrigues, que com toda sua sensatez abriu as portas daquela instituição, permitindo o êxito deste relevante trabalho – Fonte de Serenidade;

A toda equipe do Hospital Colônia, em especial Ivonilde, uma preciosa amiga encontrada, pela calorosa recepção e crédito dado à minha pesquisa – Fonte de Apoio; Ao casal Douglas Dogol e Juçara Machado que tiveram uma contribuição fundamental no término deste trabalho, abrindo ao mesmo tempo, as portas para novas perspectivas – Fontes do Saber.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente e que não estão aqui citados, meu sincero AGRADECIMENTO.

*Dedico a Francisca Xavier Montenegro Rocha (in memoriam)*

“... Por isso, a denominação de louco não era ou é dada apenas a quem seja doente mental, mas, a todos aqueles que não se enquadram nos esquemas de trabalho produtivo normatizado, aos poetas que revelam a possibilidade e a transcendência do amor e da liberdade, aos escritores que de um modo geral estabelecem uma crítica a realidade e criam possibilidade de mudanças, aos cientistas que são capazes de ir para além do mérito, ou ainda, como vimos, ao cidadão comum que no seu cotidiano descobre e tenta revelar as diferenças do seu momento histórico-vital; sem se esquecer dos que num dado momento e dentro de certas circunstâncias, fazem oposição a um determinado regime político...”

**Douglas Dogol Sucar**

## Sumário

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA: ANTECEDENTES .....</b>	<b>5</b>
1.1 DISCURSOS SOBRE A LOUCURA.....	5
1.2 A GÊNESE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA NO BRASIL .....	10
<b>CAPÍTULO 2 - A ORIGEM DA ASSISTÊNCIA AOS LOUCOS NO RIO GRANDE DO NORTE.....</b>	<b>13</b>
2.1 O LAZARETO DA PIEDADE DE NATAL E A PERSISTÊNCIA DAS ANTIGAS FORMAS DE TRATAMENTO AOS LOUCOS .....	13
2.3. AÇÕES DE JOÃO MACHADO NO RIO GRANDE DO NORTE .....	18
2.3 DO INTERNAMENTO - UM RECORTE HISTÓRICO ATRAVÉS DE 30 FICHAS DE INTERNAMENTO .....	22
<b>CAPÍTULO 3 - O PIONEIRISMO DA PSIQUIATRIA SOCIAL EM PERNAMBUCO E NO RIO GRANDE DO NORTE .....</b>	<b>29</b>
3.1. ULYSSES PERNAMBUCANO E A PSIQUIATRIA SOCIAL CONTRA A EUGENIA FASCISTA .....	29
3.2 A REPERCUSSÃO DAS INFLUÊNCIAS DE ULYSSES PERNAMBUCANO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	31
<b>CAPÍTULO 4 - 1957 - A INSTALAÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA DE PSICOPATAS .....</b>	<b>33</b>
4.1 LUTAS PARA INSTALAÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA DE PSICOPATAS.....	33
4.2. INSTALAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA DO HOSPITAL COLÔNIA DE PSICOPATAS.....	35
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>47</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>49</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>50</b>
<b>FONTES ORAIS .....</b>	<b>50</b>

## Introdução

---

Através de uma análise histórica das instituições de assistência ao doente mental no Rio Grande do Norte, procuramos contribuir para uma discussão dentro da História Social, até então não abordada no Estado por historiadores. Os temas que envolvem a “loucura” continuam a se constituir um tabu, discutido apenas por psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais.

O estudo proposto apresenta-se num campo de conhecimento amplo e disponível a estudos históricos e sociais futuros. Neste trabalho procuramos compreender o processo de institucionalização da loucura no Rio Grande do Norte, analisando as experiências do Lazareto da Piedade de Natal, do Hospício de Alienados, do Hospital de Alienados e do Hospital Colônia de Psicopatas. A relevância da temática está em apresentar aspectos desse processo de institucionalização, quase totalmente desconhecido pela população potiguar. Exemplo disto é o total desconhecimento que se tem sobre as antigas instituições psiquiátricas locais como o Lazareto da Piedade, o Hospício de Alienados e o Hospital de Alienados.

As referências a tais instituições analisadas foram encontradas nas Falas dos Presidentes de Província, nas Falas dos Governadores, nos Relatórios Ministeriais, nas Leis Federais e em Jornais, além de artigos escritos pelo psiquiatra João da Costa Machado, principal personagem na instalação dos tratamentos aos doentes mentais no Rio Grande do Norte. A parte mais significativa da documentação são os prontuários de pacientes das instituições estudadas, cujo acervo documental data desde 1911 aos dias de hoje. O acervo possui 5850 fichas, entre elas fichas de controle do Hospício de Alienados e fichas prontuárias do Hospital de Alienados. São registros que consideramos documentais para o campo da pesquisa social. Frente a quantidade de documentos a serem analisados e o tempo disponível a uma monografia de graduação, optou-se por uma análise de amostragem de 30 fichas. Tais documentos encontram-se hoje sob a tutela do Hospital João Machado numa rara situação de preservação documental. O acervo nos permite traçar várias linhas de pesquisa histórica a partir de dados sociais encontrados ali como também registros fotográficos dos internos.

A escolha dos documentos deu-se a partir das análises feitas sobre os dados de antecedentes e históricos de internação. Com eles podemos traçar um quadro do internamento

de "loucos" na Cidade do Natal. Os dados que estas fichas mais antigas trazem são: nome do interno, cor da pele, idade, peso, altura, data de nascimento, profissão, filiação, naturalidade, estado civil, procedência, entradas, falecimento, transferência, precedentes hereditários, precedentes pessoais, exame somático, exame físico, diagnóstico e registro fotográfico do paciente.

A respeito da bibliografia específica foram consultadas duas obras escritas por psiquiatras sobre a história da saúde mental no Estado do Rio Grande do Norte. São eles Joaquim Eloi Ferreira da Silva<sup>1</sup> e Douglas Dogol Sucar.<sup>2</sup> Com relação à bibliografia geral, consultamos os trabalhos de Michel Foucault<sup>3</sup> entre outros.

Dentre as várias abordagens possíveis, o trabalho buscou discutir a instalação do primeiro local de recolhimento de "loucos" no Rio Grande do Norte durante o século XIX, o Lazareto da Piedade de Natal, em 1857 e suas renomeações (Hospício e Hospital de Alienados) e a instalação do Hospital Colônia de Psicopatas, auge da assistência médica na área da psiquiatria em 1957.

Para analisar o processo de institucionalização optou-se por uma narração de um período relativamente extenso, de 100 anos (1857 - 1957). A pesquisa se configurou em quatro partes: a primeira trata em linhas gerais do processo de institucionalização da loucura, iniciado na Europa, apresentando em seqüência o modelo brasileiro. A segunda parte, tratará do caso específico do Rio Grande do Norte em um período divisor de águas nas ações de assistência ao doente mental, antes da chegada dos ideais da psiquiatria social, difundidos pelo médico João Machado. Até então a ideologia dominante sobre a loucura era de exclusão, discriminação e preconceito ao doente mental. Ainda analisamos neste capítulo as mudanças ocorridas nos modelos de fichas de internamento, classificando-as em dois momentos distintos. A terceira parte do trabalho apresenta o pioneirismo da psiquiatria social iniciada por Ulysses Pernambucano em Pernambuco, e levado à frente pelo seu primeiro difusor, João da Costa Machado, no Rio Grande do Norte.

O quarto capítulo analisa o auge das mudanças, desse processo, com a luta e criação do Hospital Colônia de Psicopatas, resultado das iniciativas de João da Costa Machado, pela

<sup>1</sup> SILVA, Joaquim Eloi Ferreira da. *Histórico da Evolução da Psiquiatria no Rio Grande do Norte*, p.

<sup>2</sup> SUCAR, Douglas Dogol. *Nas origens da Psiquiatria Social no Brasil*, p.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica*.

modernização no quadro médico do Estado. O Hospital Colônia de Psicopatas preencheu os requisitos propostos pelo difusor da psiquiatria social e Higiene Mental no Rio Grande do Norte, João Machado. Fotografias do período de inauguração e do hospital em funcionamento permitem leituras sobre a política de divulgação dos difusores da psiquiatria social e dos novos tratamentos e visões sobre os pacientes e a doença mental.

# Capítulo 1 - O Processo de Institucionalização da Loucura: antecedentes

---

## 1.1 Discursos sobre a loucura

Para se compreender o processo de institucionalização da loucura se faz-se necessário partirmos da premissa de identificação da loucura enquanto doença, diante disso é necessário tomá-lo como um processo histórico, fruto de intervenções discursivas e de práticas, que procuraram definir o louco e seu lugar social. Segundo Rotelli (1990) "A instituição em questão era o conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos, de códigos de referência cultural e de relações de poder estruturados em torno de um objeto bem preciso: a doença".<sup>4</sup>

O processo de institucionalização da loucura foi se definindo no mundo ocidental desde o século XVII, concomitantemente, através de discursos sobre a loucura, de ações de exclusão do louco na sociedade, na formação de instituições encarregadas do tratamento do louco. A formação deste processo pode ser percebida pela mudança no tratamento com o louco da Idade Média à Idade Clássica.

No início da Idade Média, na Europa, os loucos ainda não eram caracterizados como doentes, por isso, a "solução" para estas pessoas de comportamento que fugia dos padrões de normalidade era simplesmente a exclusão social, escurraçá-los das cidades.<sup>5</sup> O discurso da doença mental segundo Szasz (1994) surge com burguesia inglesa e tem como objetivo justificar a retirada de circulação os loucos do espaço público. Esta prática visava ainda a posse legal dos bens, daqueles loucos abastados, por membros de sua família. Porém, desde o século XIII já existiam leis que reconhecia dois tipos de loucos: os idiotas (subnormais de nascimentos, considerados permanentemente inválidos) e os lunáticos (que enlouqueceram, considerados recuperáveis). O que se observa neste período é que para se declarar alguém louco se formavam comissões examinadoras jurídicas sem nenhuma participação médica.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> ROTELLI, Franco. *A Instituição Inventada*, p.90

<sup>5</sup> Foucault cita este costume com registros da cidade de Nuremberg. (FOUCAULT, Michel. *Op cit.*, p. 09).

<sup>6</sup> SZASZ, Thomas. *Cruel Compaixão*, p. 161-166

"...tinham de encontrar uma forma socialmente aceitável que lhes possibilitasse controlar, por meio de procedimento legal, não criminal, o parente adulto indesejável (que era senil, incapaz problemático, ou, talvez, simplesmente um miserável). Esta foi a necessidade que gerou o conceito de doença mental e esta é a razão pela qual o conceito de doença mental difere tão radicalmente do conceito de doença física".<sup>7</sup>

Para Foucault (1972) o processo de surgimento da loucura se dá como resultado da exclusão dos miseráveis e indigentes das cidades. Neste período, os leprosos ocuparam o patamar de doentes, temidos, mistificados e, essencialmente, excluídos. Estes indivíduos eram chamados de lazarentos, que significava aqueles que tem pústula, chaguento leproso,<sup>8</sup> eram retirados de circulação pública e colocados em abrigos, em geral controlados pela Igreja e por leigos. Com o desaparecimento da lepra, estes locais chamados "lazaretos" - edifício para quarentenas - passaram a receber até o século XIX outras parcelas de marginalizados. "Pobres, vagabundos, presidiários, e "cabeças alienadas" assumirão o papel abandonado pelo lazarento..."<sup>9</sup> Ainda segundo Foucault (1972), a loucura será o novo espantalho, que sucede a lepra nos medos seculares, suscitando como ela reações de exclusão, divisão e purificação.

É neste contexto que percebemos o aparecimento do louco também chamado de alienado, doente mental, e mais adiante psicopata entre outras denominações.<sup>10</sup> Um grande debate se dá acerca do nascimento da loucura. Novamente assinala Szasz (1994) os direitos das massas na França eram inexistentes por isso se fazia necessário usar do pretexto da loucura para se retirar a plebe das ruas, já Foucault mostra que a loucura surge justamente com este pretexto. Ao analisar o Hospício de Bristol, Foucault chega a conclusão de que a sua quase totalidade de internos era miserável, enquanto Roy Porter diz que, enquanto 20 eram pobres 400 eram abastados.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> Ibid., p. ?

<sup>8</sup> SUCAR, Douglas Dogol. Op.cit., p. 05. Ainda sobre os lazarentos - acometidos de lepra, hoje conhecida como hanseníase - A etimologia da palavra nos remete a derivação da palavra Lázaro, santo da Igreja Católica que possuía o corpo coberto de chagas.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel de. Op.cit., p. 06.

<sup>10</sup> A divisão mais sistemática de classificações entre os doentes se dará paralela ao advento da psiquiatria durante o século XVIII como veremos mais adiante.

<sup>11</sup> PORTER, Roy. Mind-Forg'd Manacles, p. 8-9. Apud. SZASZ, Thomas. Op.cit., p. 170.

Os primeiros locais que se especializaram no trato com o doente mental foram os hospícios, mas é só no século XVII que observamos a sua proliferação, como locais destinados a abrigar, recolher, ou dar algum tipo de assistência ao doente mental.

O crescimento das cidades e a mudança na mentalidade, do homem moderno, organizada sob a égide da moral, criaram uma situação diferenciada para com os alienados. Na visão de Foucault “a loucura agora é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade pura para o trabalho, da incapacidade de integrar-se ao grupo”<sup>12</sup> e por isso ela passou a ser um dos problemas das cidades. Seja na França, na Inglaterra, ou mesmo no Brasil, o processo foi semelhante, a sociedade precisava dar um destino ao doente mental, tirá-lo de circulação pública. A solução foi então encerrá-los em casas de recolhimento onde “desprovidos de legitimidade em sua linguagem, os loucos coabitavam com toda a sorte de excluídos”.<sup>13</sup> O peso da questão urbana, da paz e da ordem das cidades conseguida mediante a retirada de circulação e a exclusão dos loucos é bem definida por Foucault (1971) que faz referência a funções de tutela e tratamento dos destes cidadãos que fugiam dos padrões de normalidade da época cidadãos, como responsabilidade do Estado:

“... A loucura só terá hospitalidade doravante entre os muros do hospital, ao lado de todos os pobres. É lá que a encontraremos ainda no final do século XVIII. Com respeito a ela nasceu uma nova sensibilidade: não mais religiosa, porém moral. Se o louco aparecia de modo familiar na paisagem humana da Idade Média, era como que vindo de outro mundo<sup>14</sup>. Agora ele vai destacar-se sobre um fundo formado por um problema de “polícia” referente à ordem dos indivíduos na cidade. Outrora ele era acolhido porque vinha de outro lugar; agora, será excluído porque vem daqui mesmo, e porque seu lugar é entre os pobres, os miseráveis, os vagabundos. A hospitalidade que o acolhe se tornará, um novo equívoco, a medida de saneamento que põe fora de caminho. De fato, ele continua a vagar, porém não mais no caminho de uma estranha

<sup>12</sup> FOULCAULT, Michel, Op cit., p. 45-78.

<sup>13</sup> GOLDBAUM, Moisés. *Apresentação*. In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.), et all. *Psiquiatria, loucura e arte*. p. 16.

<sup>14</sup> Foucault, faz referência aos lunáticos que variavam mentalmente devido a influência da lua, um pobre de espírito por vontade divina ou mesmo por uma possessão demoníaca (FOULCAULT, Michel, Op cit., p. 63).

peregrinação: ele perturba a ordem do espaço social. Despojada dos direitos da miséria e de sua glória a loucura, com a pobreza e a ociosidade, doravante surge, de modo seco, na Dialética imanente dos estados".<sup>15</sup>

Observamos, assim, que neste momento a loucura teve destinado um local físico específico, o hospital, cuja responsabilidade estrutural foi destinada ao Estado. O papel do Estado assumiu função ambígua de proteção e exclusão social. À medida que livrava a cidade dos inconvenientes causados pelos loucos e lhes destinava um local específico e não mais eram as prisões, agora eram hospitais, pois passaram a ser caracterizados enquanto doentes.

No estudo desta gênese assistencial percebemos que os séculos XVIII e XIX ofereceram subsídios para uma nova forma de encarar a doença mental. Neste período vemos nascer o alienismo, que se caracterizou como uma especialidade precursora da psiquiatria. Sendo um ramo da medicina na época o alienismo procurava sistematizar um conhecimento científico para os tratamentos da chamada alienação mental, sinônimo da loucura. Vemos a formação do saber e da autoridade médica na distinção dos doentes. É nesse contexto que surge dois personagens no processo da institucionalização da loucura. São eles os franceses Philippe Pinel (1745-1826) e Jean Étienne Dominique Esquirol (1772-1840), considerados os fundadores da psiquiatria. Pinel destacou-se por fazer uso das técnicas empíricas de observação lançando a primeira classificação de doenças mentais com descrições sistemáticas em cada caso. Separou-as em "melancolias, manias sem delírio, manias com delírio, alucinações e demências - isto é deteriorização intelectual, idiotia"<sup>16</sup> e Esquirol, seguidor de Pinel, contribuiu para a execução clínica da reforma hospitalar, criando a Lei dos Alienados de 30 de junho de 1838 na Assembléia Constituinte Francesa.<sup>17</sup> Até então, os doentes mentais eram mantidos nas antigas casas de recolhimento, na forma de prisioneiros criminosos e não como doentes e muito menos como necessitados de tratamento. Segundo Antunes (2002), esta lei foi a primeira da história que dispunha sobre a assistência médica ao doente mental. Um de seus efeitos foi a obrigatoriedade da criação de estabelecimentos públicos para os insanos os asilos. Aos doentes era destinado um "tratamento moral", que consistia no afastamento dos

<sup>15</sup> Ibid., p. 63.

<sup>16</sup> ALEXANDER, Franz G., SELESNICK, Sheldom T. *História da Psiquiatria*, p. 159.

<sup>17</sup> SEGAWA, Hugo. *Casa de Orates*. In: *Psiquiatria Loucura e Arte*, p. 60.

deles do contato social. Essa lei surgiu como o “resultado da necessidade de legislar sobre os loucos, no arranjo das leis na República, em que o médico é chamado a dar seu parecer técnico, e assumir como objeto de sua competência, a loucura”.<sup>18</sup> Havia uma necessidade por parte da burguesia de criar de acordo com princípios abstratos e universais da razão uma nova sociedade. Baseada ainda em dogmas religiosos e regras que ditavam os padrões de comportamento. Neste sentido a loucura passa a ser vista como a anti-razão e a ela destinado um espaço de segregação, sob orientação médica fora do seio da sociedade. A insanidade tornou-se uma justificativa para privar certos indivíduos da liberdade conforme assinalou Daniel Defoe (1660-1731), jornalista investigador e autor de *Robinson Crusoe*. Para ele o enclausuramento de pessoas com o pretexto da loucura, era uma espécie de “inquisição clandestina”.<sup>19</sup>

Observamos já durante o Iluminismo, na “Era da Razão”, um novo momento para esta parcela de internos em casas de recolhimento e lazaretos, a conversão do saber médico no reconhecimento da loucura como doença e na criação de um novo espaço exclusivo para o louco, os asilos. Estes espaços surgem “no momento histórico em que a organização das cidades, a higiene moral da população e o desenvolvimento de uma ciência do comportamento humano se apresentam como necessidades”.<sup>20</sup> A loucura será isolada e a responsabilidade será transferida da sociedade caridosa para a classe médica. A medicina poderá agora “se apossar do asilo e chamar para si todas as experiências da loucura, pois o próprio internamento aos poucos assumiu um valor terapêutico...”.<sup>21</sup>

Na seqüência desta gênese, o saber médico se afirmará assinalando a evolução do alienismo para a psiquiatria, como um ramo específico da medicina. Neste processo foram revistas as instituições de assistência a loucura, surgindo os hospitais psiquiátricos, âmbito de atuação da nascente psiquiatria sobre a loucura.

<sup>18</sup> ANTUNES, Eleonora Haddad. *Raça de gigantes* In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.) et al. Op.cit., p. 84.

<sup>19</sup> SZASZ, Thomas. Op.cit., p. 175.

<sup>20</sup> FOUCAUT, Michel. Op.cit., p. 48-78.

<sup>21</sup> FOULCAULT. Michel. Op.cit., p. 459-503

## 1.2 A gênese da Institucionalização da Loucura no Brasil

No Brasil, é comum os registros de recolhimento nas cadeias públicas, de indivíduos considerados perigosos ou com comportamentos inadequados. No século XIX estes recolhimentos podiam ser relacionados a desarranjos mentais. O crescimento e a urbanização das cidades favoreceu o aumento da distância entre as classes sociais; a chegada da industrialização forçava a adaptação a um novo modelo de vida. Tudo isso favoreceu a exclusão de uma parcela da população formada por imigrantes, ex-escravos, mestiços e miseráveis em geral abandonados à própria sorte, e sujeitos a uma enorme gama de práticas “moralmente perversas”.<sup>22</sup> Com a incorporação do saber médico diferenciou-se o criminoso dos loucos, e dos criminosos loucos. Assim o indivíduo diagnosticado como louco não tinha razão de ser mantido em prisões, pois não seria ali o local específico para alguém considerado doente. Eles precisavam ser segmentados da população sadia e também dos criminosos, para isto surgiram os locais específicos de recolhimento desta parcela de excluídos. A psiquiatria no Brasil “nasce a partir do entendimento de uma medicina que incorpora a sociedade como seu objeto e que se porta como instância de controle social”.<sup>23</sup> Neste período, o Rio de Janeiro, capital brasileira se tornava pioneira em resolver sobre o destino deste grupo de indivíduos “doidos”.<sup>24</sup> Segawa (2002) aborda este momento da seguinte forma:

“Esta preocupação com uma instituição especial manifestou-se pela primeira vez em 1830, num relatório da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do RJ e era reforçada por um artigo do médico J. F. Sigaud, cinco anos depois – “Reflexos acerca do Trânsito Livre dos Doidos pelas Ruas da Cidade do Rio de Janeiro etc. – preconizando o enclausuramento dos alienados em decorrência dos inconvenientes e ameaças que eles poderiam representar em liberdade pelas ruas”.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> PEREIRA, Lygia Maria de França. *Os primeiros sessenta anos de terapêutica psiquiátricas no estado de São Paulo*. In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.) et al. Op cit., p.36

<sup>23</sup> ANTUNES, Eleonora Haddad. Op cit. In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.) et al. Op cit., p. 85

<sup>24</sup> Denominação tradicional usada no país para caracterizar os loucos.

<sup>25</sup> MOREIRA, Juliano. *Notícia sobre a Evolução, da Assistência a Alienados no Brasil*. p.54, Apud. MACHADO, Roberto, et al. *Da(n) ação da norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*, p. 379-380, Apud. SEGAWA, Hugo. *Casa de Orates*. In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.) et al. Op cit., p. 59.

*Idem.*

*apud Machado*

Os loucos num primeiro momento conheceram as cadeias públicas “Ficavam presos em celas ou amarrados em cordas, em ambientes imundos, na grande maioria das vezes deitados no chão, sem muitas vezes ter um cobertor, passavam fome e não raro eram espancados até a morte”.<sup>26</sup> As casas de misericórdia foram os primeiros locais com característica hospitalar, bem antes da instalação nos hospícios, de recolhimento de alienados. É apenas em 1852 que é criado o Hospício D. Pedro II. Sua estrutura concebida através de moldes franceses oferecia higiene, água de boa qualidade, segmentação entre os pacientes e vigilância. Porém observa-se que essas práticas humanitárias já se davam desde 1841, quando os alienados eram recolhidos num asilo provisório, anexo a Santa Casa de Misericórdia.

No século XX a assistência ao doente mental foi reconhecida como dever do Estado através de ementas de leis federais específicas. O primeiro decreto, sobre a questão, foi promulgado em 1903 no governo de Rodrigues Alves, sendo inspirado na lei francesa de 1838 de Esquirol.<sup>27</sup> Nele era estimulada a construção de hospitais estaduais especializados, e proibia a manutenção dos alienados em prisões, ao mesmo tempo em que era enfatizada a necessidade do tratamento médico. A lei buscava a efetiva medicalização<sup>28</sup> dos hospícios, objetivo perseguido pelos alienistas desde 1880. Porém as instituições estatais de saúde tornam-se agências políticas de contenção e controle da doença coletiva.

Neste processo testemunha-se o nascimento da psiquiatria brasileira. O Brasil deveria possuir hospitais para tratar as doenças mentais. Este esforço pode ser notado através de um aumento do número de internações de loucos, em hospitais, embora que ainda nos mesmos locais já existentes como o Hospital de Psicopatas do Rio de Janeiro que duplicou seu quadro de internos de 400 para 800. A situação dos hospícios, asilos e hospitais permaneceu inalterada durante os 27 anos que se seguiu, seu quadro era de total superlotação.

As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por ações de maior controle social. Com a reforma Carlos Chagas de 1921 dá-se a expansão dos serviços de saúde, ao mesmo tempo em que se amplia o grau de decisão e interferência do Estado nas questões de saúde da população, através do então criado Departamento Nacional de Saúde Pública, no governo de Epitácio

<sup>26</sup> MACHADO, João da Costa. *Higiene Mental entre nós seus problemas: seus remédios*. In: A República. Natal. 07 de maio de 1950. In: SUCAR, Douglas Dogol., Op. Cit. p. 23-24 *s./dest. aptar pelo autor*

<sup>27</sup> ALEXSANDER, Franz G., SELESNICK, Sheldon T. *História da Psiquiatria: Uma avaliação do pensamento dos tempos primitivos até o presente*, p. 144 *c/dest. † U*

<sup>28</sup> Medicalização - incorporação do saber médico.

Pessoa. O Estado Novo trouxe consigo um caráter ainda mais controlador da sociedade. Durante o estado getulista, o poder centralizado e o autoritarismo resultaram na restrição das liberdades individuais<sup>29</sup> refletindo na área da saúde mental com a intensificação a assistência ao doente. Observa-se isto nos Relatórios Ministeriais entre eles o do ano de 1932, que em seus dados quantitativos mostra o crescimento do número de internamentos, ao mesmo tempo em que dispunha sobre a necessidade de organização e funcionamento dos serviços de Assistência ao Doente Mental. O decreto 24.559/1934 define “sobre a profilaxia mental, a assistência e a proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas”.<sup>30</sup> Neste momento ocorre o desaparecimento do termo alienado, reflexo de uma nova visão proposta pelo decreto de 1927 que estabelecia uma distinção entre psicopata – todo doente mental – e alienado – doente mental perigoso para si ou para a sociedade, sujeito então a restrições penais e civis.

<sup>29</sup> ODA, Ana Maria Galdini. Aspectos Históricos da Internação Psiquiátrica no Brasil, FAUSTO, B. O Estado Getulista. In: História do Brasil. 9 ed. São Paulo, EDUSP, 2001, p.357-367

<sup>30</sup> DECRETO Federal n ° 24.559 de 03/07/1934. Ementa. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação.nsf/>>

## Capítulo 2 - A Origem da Assistência aos Loucos no Rio Grande do Norte

---

### 2.1 O Lazareto da Piedade de Natal e a persistência das antigas formas de tratamento aos loucos

No Rio Grande do Norte só encontraremos referências sobre a assistência ao doente mental quatro décadas depois da instalação do primeiro asilo brasileiro, em 1882 na Fala do Presidente de Província Oliveira Dias. Nela o mesmo faz menção ao Hospital da Caridade da seguinte forma: “Trabalha-se ali ainda no assentamento de latrinas e no reparo de uma pequena sala apropriada a algum doente de alienação mental”.<sup>31</sup> Os anos que antecedem são marcados pela preocupação com as doenças infecto-contagiosas. Era comum aos presidentes de província, fazerem referências apenas as doenças epidêmicas, na área da saúde. Os documentos traduzem a fragilidade da província na área da saúde, sendo entendida até como descaso. Na Fala do presidente Basílio Quaresma Torreão do ano de 1836, podemos observar a desigual divisão das verbas públicas, sendo a maior preocupação da província a área da educação, “...a maior verba é para instrução com 11:380\$000 e a menor para a saúde pública com 400\$000...”.<sup>32</sup> Com as pequenas verbas destinadas à área de saúde as ações implementadas eram direcionadas ao combate de doenças contagiosas como a epidemia de varíola que grassava durante esta época a cidade do Natal. A situação era agravada devido à carência de instalações específicas para o tratamento dos contagiados, médicos e remédios. O estado ainda dependia dos medicamentos e das vacinas que vinham de fora para proteger a população. Entretanto podemos observar algumas iniciativas locais como a construção de casas distantes da cidade para acolher os contagiados. A sífilis e as febres intermitentes, além da varíola, também faziam parte do quadro patológico da cidade.

Em 1857, no governo de Bernardo Passos, foi fundado o primeiro lazareto<sup>33</sup> do Rio Grande do Norte, o Lazareto da Piedade de Natal, localizado na Estrada Velha de Guarapes,

---

<sup>31</sup> Relatório de Presidente de Província Oliveira Dias de 16 de março de 1882, p.14.

<sup>32</sup> Relatórios de Presidente de Província Basílio Quaresma Torreão de 1836, não paginado.

<sup>33</sup> Segundo SILVA, lazaretos eram instituições do tipo medieval de origem espanhola que funcionavam como locais de depósitos de doentes variolosos e de outras epidemias (SILVA, Joaquim Eloi da. *Histórico da Evolução da Psiquiatria no Rio Grande do Norte*, p.11).

(atual rua Fonseca e Silva, onde funciona o Centro de Saúde do Alecrim e a Legião Brasileira de Boa Vontade).<sup>34</sup> Neste período havia acontecido um surto epidêmico de cólera-morbo, que chegou a contabilizar dois mil e quinhentos óbitos. A justificativa para a criação do Lazareto foi dada pelo próprio Oliveira Dias, preocupado com a situação sanitária precária:

“... Não possuía um só asilo de caridade, salvo a enfermaria militar, e apenas havia uma botica. Cumpria cuidar em fazer ao menos nesta capital um lazareto e um hospital, na qual mais de dois terços da população é pobre; porém não havia nela sequer um médico que habitasse na província com as informações necessárias”.<sup>35</sup>

Em sua gestão, além do Lazareto da Piedade, também fundou o primeiro hospital da cidade, o Hospital da Caridade, (onde hoje situa-se a Casa da Estudante, na Av. Junqueira Aires, Cidade Alta); e ainda o Cemitério do Alecrim. “...o Dr. Vital veio (da Paraíba) e então tratei da construção do Lazareto e do Hospital...Ao Lazareto, atendo o pequeno número de passageiros que constantemente vem nos navios com direção a este porto...”<sup>36</sup>, relata Bernardo Passos. Ficava claro que uma das funções do Lazareto era receber os tripulantes de navios suspeitos de contaminação por alguma epidemia, num sistema de quarentenas. O Lazareto localizava-se para além dos limites da cidade, numa época em que o limite da mesma era a Santa Cruz da Bica (a 1 Km do centro da cidade). Tais medidas visavam proteger a população dos riscos de contágio e da perturbação pública causada pelos seus internos.<sup>37</sup> Nesta época fazia-se uso da teoria miasmática ou dos miasmas, baseada na idéia que “tudo que estava parado ou estagnado (ar, água, dejetos e pessoas) era fator de doenças, sendo os vapores estagnados emitidos os causadores das epidemias”.<sup>38</sup> De acordo com a teoria, os vapores

<sup>34</sup> Ibid.

<sup>35</sup> Relatório de Presidente de Província Bernardo Passos de 01 de julho de 1856, p. 11.

<sup>36</sup> Ibid., p. 11-12

<sup>37</sup> SUCAR, Douglas Dogol. Op.cit., p. 21.

<sup>38</sup> FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo, et all. *Dois olhares, duas propostas e uma solução: contribuição para o estudo do meio ambiente urbano em Natal/RN*, p. 2. Para saber mais ver URTEAGA, Luís. *Miseria, Miasmas e Micróbios*. Las topografía medicas y el estudio del medio ambiente en el siglo XIX. Revista Geo Critica: Barcelona, n. 29. Ser., 1980. e GUNN, Philip. *Entre os miasmas e o contágio: os embates entre a medicina e a doença na gestão da cidade e do urbanismo*. In: Anais de V Seminário de História da cidade de urbanismo. Campina: PUC, 1998.

exalados por tudo o que era considerado insalubre, entre eles os leprosos, os variolosos, os coléricos, os sífilicos, e os loucos, eram maléficos e portanto contagiosos.<sup>39</sup> Em sua função o Lazareto recebia a parcela de doentes sem perspectiva de cura, ou os que ficaram com seqüelas devido a varíola e outros males como também eram despejados os loucos. Convém citar a semelhança com a Europa do período após a epidemia de lepra, quando os lazaretos recebiam toda a parcela da escória humana. Embora no Rio Grande do Norte ainda existissem leprosos, a eles foi destinada uma outra forma de segregação, o isolamento. Natal possuía um denominado Isolamento São João de Deus, substituído pela Colônia São Francisco de Assis. Vale salientar que a Cidade do Natal no final do século XIX ao início do século XX teve um relevante crescimento demográfico devido ao êxodo rural causado pelas grandes secas. O Lazareto da Piedade representou um despejo de tudo o que a sociedade queria "livrar-se", entre eles os próprios indigentes das secas.

No decorrer da primeira década do século XX, a situação do Rio Grande do Norte continuou inalterada já que não se possuía nenhum hospital psiquiátrico nem fora criado um asilo, apenas permanecia o antigo Lazareto da Piedade de Natal. Apenas oito anos após a primeira lei brasileira, em 1911, o Lazareto da Piedade de Natal foi oficialmente transformado em Asilo da Piedade de Natal e passou a receber apenas os doentes mentais e não mais os outros excluídos, ficando também conhecido popularmente como "a prisão dos doidos".<sup>40</sup> A chegada relativamente tardia de um asilo para atender apenas alienados mostrava a fragilidade do nível de urbanização da cidade. Neste ano, em que o primeiro asilo do Brasil, o Asilo-Hospício Dom Pedro II completava 52 anos de funcionamento, o Asilo da Piedade de Natal não possuía sequer um médico clínico, e ainda possuía o caráter de uma verdadeira prisão com grossas paredes e grades de ferro. Sucar (1993) analisa o quadro como de não apenas descaso mas também de mentalidade do que seria da natureza do "problema mental", na nova ordem urbana, onde o diagnóstico da loucura era da competência de autoridades policiais:

---

<sup>39</sup> Leprosos acometidos de lepra ou hanseníase, variolosos acometidos de varíola - doença causada por vírus altamente contagiosa que provoca lesões cutâneas, febre e mal estar -, coléricos acometidos pela cólera-morbo - doença infecciosa aguda provocada por bactéria que produz diarréia grave, vômitos, desidratação e prostração - e sífilicos acometidos de sífilis - doença infecto contagiosa causada por treponema que provoca lesões e infecção nos órgãos sexuais, podendo ainda atingir o cérebro através da corrente sanguínea.

<sup>40</sup> SUCAR, Douglas Dogol. Op.cit., p..25.

“O internamento era feito por ordem de um juiz, de um delegado, por intermédio de outras autoridades ou por ordem de pessoas influentes na sociedade da época. Sem que nenhum ato médico procedesse à sua admissão, e que ao menos se configura a validade científica do internamento ao menos para dar ao ato feições solene da verdade”.<sup>41</sup>

Uma outra referência aos acontecimentos do ano de 1887 relatadas pelo presidente de província Antônio Francisco Pereira de Carvalho, em processo de transferência de gestão, confirma a ligação de responsabilidade entre a polícia e o Lazareto: “Convido não deixar em abandono o edifício. Confiei-o por enquanto aos cuidados do comandante do corpo de polícia”.<sup>42</sup> O interesse do estado até então era na verdade tirar de circulação urbana todos os loucos, visto que a presença deles na cidade era interpretada como causa de transtornos e inconvenientes.

Em 1916 inicia-se no Asilo, com clínico-geral Varela Santiago, uma nova época no tratamento ao louco com a introdução do saber médico. Este período se configura no esforço de cuidar dos doentes mentais através dos seguintes terapias médicas: abcessos de fixação e os já usados, camisa de força e indicação de cela.<sup>43</sup> Para entender melhor tais tratamentos, ver as referências de <sup>Ducar</sup> DUCAR (1993), SILVA (1989) e PEREIRA (2002),<sup>Y</sup> que em acordo relatam os seguintes procedimentos: Abcessos de fixação - Consistia na aplicação subcutânea (numa camada inferior à epiderme) de injeções de Terebintina, na face lateral da coxa do paciente provocando um estado inflamatório que proporcionava picos de temperatura, deixando o paciente prostrado; A camisa de força consistia num método de contenção física, formado por um colete de lona provido de mangas que se fixam e apertam atrás do tórax do paciente. A indicação de cela, outro método de contenção física, consistia em aprisionar o paciente numa cela. Estes tratamentos segundo Pereira (2002) no Brasil, só começaram a ser usados em 1930, contudo a bibliografia específica nos antecipa esta data mostrando que no Rio Grande do Norte tais práticas já se davam desde o ano de 1916, introduzidos por Varela Santiago.

<sup>41</sup> Ibid., p. 27.

<sup>42</sup> Relatório do Presidente de Província Antônio Francisco Pereira de Carvalho de 15 de janeiro de 1887, p. 8

<sup>43</sup> RELATORIO

\*  
\*\*

Em 1921, no governo de Antônio José de Melo, é instituído o Hospício de Alienados em Natal, utilizando-se do mesmo local e da estrutura anterior do Asilo de Alienados, nele foi definida uma regulamentação que uniformizava os serviços e se definia as atribuições e responsabilidades de seus funcionários e administradores. O Hospício de Alienados, contudo não sofreu mudanças de estrutura e tratamentos. Funcionava no mesmo local e no mesmo prédio do Lazareto da Piedade. Coube a direção hospitalar ao médico Varela Santiago.

O Hospício em sua estrutura possuía um calabouço para onde eram mandados os doentes considerados mais perigosos e de menor poder social. Havia também enfermarias diferenciadas onde o tratamento ficava definido segundo a classe social do indivíduo. Aos pacientes de boas condições financeiras, havia a possibilidade de tratamento com medicamentos e psicoterapia já aqueles que não possuíam as mesmas condições os tratamentos podiam ser dolorosos e às vezes perigosos como, por exemplo, o banho de imersão em água quente ou fria.<sup>44</sup> Apesar do quadro caótico da saúde mental no estado o governador mostrava o avanço do estado do Rio Grande do Norte na área de saúde pública, relatando assim o cumprimento das atribuições do estado:

“Cumpre assim ao estado prover a tais necessidades, amparando os órfãos e desvalidos, isolando os loucos, curando os enfermos pobres; e para tanto a manutenção do orfanato João Maria, do Hospício dos Alienados e do Hospital Juvino Barreto, sem grande exagero pode-se dizer que honra o Rio Grande do Norte”.<sup>45</sup>

O reflexo do decreto de 1934, no Rio Grande do Norte, resultou na mudança de denominação do Hospício de Alienados para Hospital de Alienados na obrigatoriedade da direção ficar a cargo de um especialista, o psiquiatra, mas até então a cidade não possuía nenhum. O primeiro psiquiatra a chegar em Natal, vindo do Rio de Janeiro foi Vicente Fernandes Lopes em 1936, a partir de solicitações feitas pelo governador José Augusto ao governo federal. A gestão de Vicente Lopes, pouco se diferenciou das gestões anteriores,

<sup>44</sup> Entrevista concedida a autora pelo médico psiquiatra Joaquim Eloi da Silva em 09 de maio de 2003.

<sup>45</sup> Fala do Governador Antônio José de Melo e Souza de 1921. p. 16

exceto pela introdução do tratamento com duchas e choque térmico<sup>46</sup> “métodos preconizados na Europa do século XIX”.<sup>47</sup> O Hospital enfrentava já há anos o drama da superlotação, tendo apenas 70 leitos para abrigar 150 pacientes. A estrutura geral do hospital continuava a ser de prisão com grades e castigos. Os internos perdiam dia a dia sua cidadania, individualidade e identidade.

### 2.3. Ações de João Machado no Rio Grande do Norte

O século XX foi marcado por grandes transformações e questionamentos sobre a doença mental. Os tratamentos, os locais se reestruturaram para atender os loucos com especificidade. Surge nos Estados Unidos, em 1908, o movimento de Higiene Mental, termo criado por Adolph Meyer a partir da obra "Um Espírito que se Achou a Si Mesmo", uma autobiografia de Clifford Beers, paciente psiquiátrico, que em seus momentos de lucidez notou a ineficiência e a ignorância que ainda eram a regra nas instituições para doentes mentais. Recobrando a saúde escreveu um livro dedicado a melhoria das condições hospitalares. A Higiene Mental consistia "na arte de preservar a saúde do espírito contra todos os incidentes e influências capazes de deteriorar suas qualidades, impedir suas energias ou perturbar seus movimentos".<sup>48</sup> Os objetivos dos higienistas consistiam em proteger a saúde do público, criando para isso ambulatorios psiquiátricos. Constava de suas ações a realização de seminários, palestras, divulgação de artigos em jornais e revistas leigas, "ditando normas de bem viver, evitando assim o aparecimento de doenças mentais na população".<sup>49</sup> A Higiene mental fundiu a higiene com as práticas assistenciais.

A Higiene Mental possuía três vertentes teóricas: uma baseada na biologia, tendo como referência a eugenia, uma outra usava a psicanálise como referencial e a terceira baseada na antropologia e na sociologia.<sup>50</sup> O maior difusor das idéias e práticas, e pioneiro na psiquiatria social, no Brasil, foi o médico Ulysses Pernambucano. A psiquiatria social reformulou de forma profunda a psiquiatria da década de 1920. O enfoque das atividades psiquiátricas era “as

<sup>46</sup> Em *A história da Loucura na Idade Clássica*, Foucault (1972) já apresentava o uso de tais métodos por Pinel no século XIX, em caráter castigador. A temperatura da água interferia na contração ou no relaxamento dos músculos alterando o estado psíquico dos pacientes.

<sup>47</sup> SUCAR, Douglas Dogol. Op. cit., p.33.

<sup>48</sup> ALEXANDER, Franz G. SELESNICK, Sheldon T. Op. cit., p. 88.

<sup>49</sup> Pereira, Lygia Maria de França. Op. cit. In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.) et all. Op. cit., p.52-53

<sup>50</sup> ANTUNES, Eleonora Haddad. Op. Cit. In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.) et all. Op. cit., p. 89

questões preventivas, a participação comunitária, o respeito e a compreensão da cultura a qual se estava inserido".<sup>51</sup> O grande seguidor de Ulysses Pernambucano que figurou este campo da psiquiatria social no Brasil foi João da Costa Machado. Este lutou por uma melhor assistência ao doente mental "extramuros", sem que houvesse necessariamente a internação dos pacientes, mas que fosse de uma forma ambulatorial.

No Rio Grande do Norte durante mais de um século (1853-1956), apenas o Lazareto persistiu em existir com sua estrutura física e ideológica inalterada, a exceção a este quadro foram as iniciativas pontuais e isoladas realizadas e sugeridas por João da Costa Machado a partir de 1936 em Natal. João Machado sugeriu o fechamento do Hospital de Alienados e a criação de novas instalações, o que estava em questão era uma nova forma de pensar a doença mental. Além disso, o período após Segunda Guerra Mundial (1945), contribuiu para difundir uma tendência mais humanista a respeito da loucura.

A trajetória do médico João da Costa Machado é fundamental para se compreender a história da psiquiatria no Rio Grande do Norte. Em 1936 depois de recém formado em psiquiatria pela Universidade de Pernambuco, João Machado chegar a Natal e logo assume a direção do Hospital de Alienados, por afastamento temporário do então diretor Vicente Fernandes Lopes. Ao assumir a direção do Hospital de Alienados o quadro caótico, fundia miséria e degradação. Isto o indignou bastante, constatando o atraso técnico geral. Uma de suas primeiras atitudes foi de enviar para o Departamento de Saúde Pública do Estado, um ofício que ao mesmo tempo denunciava o descaso e propunha mudanças e soluções:

"Nas condições atuais do Hospital de Alienados com a inconveniência de seu local, com a sua superlotação, com suas acomodações inadequadas, com sua aparelhagem deficiente, com o pessoal de enfermagem precário, mal remunerado, incapaz... sem uma farmácia nem um laboratório... Compreendido porém o mal nada mais fácil que a sua correção, considerando-se que todo serviço de Assistência a Psicopatas que seja útil e eficiente, mister se faz se componha preliminarmente: De um "hospital fechado" para os grande psicopatas (doentes de intensa movimentação, perigosos para si e para os

<sup>51</sup> SUCAR, Douglas Dogol. Op. cit., p.39.

outros)...de um "hospital aberto" para pequenos psicopatas (doentes que necessitavam de tratamento sem contudo internação que no caso poderia ser mais nociva que benéfica)...de um serviço de ambulatório que equivale a um consultório...de um "hospital colônia"...de um manicômio judiciário...de um serviço de Higiene Mental".<sup>52</sup>

O conteúdo de seu ofício ao mesmo tempo em que registrava o quadro caótico, apontava para soluções cabíveis de acordo com as novas práticas incorporadas em Pernambuco no campo da psiquiatria. João Machado trazia idéias de modernidade em tratamentos e prevenção sobre a doença mental. A meta a ser alcançada era a diminuição dos internamentos ao instituir o "hospital aberto", que na verdade seria um modelo de atendimento ambulatorial, além de propor também a construção de um manicômio judiciário, com a finalidade de fazer a segmentação dos loucos não criminosos dos loucos criminosos. No mesmo ano de sua chegada a Natal, participou da Fundação da Sociedade de Psiquiatria, Neurobiologia e Higiene Mental do Nordeste; e um acordo com Varela Santiago para a criação de uma clínica de neuropsiquiatria infantil, na qual foi diretor até 1944.

Em relação a criação da Clínica de Neuropsiquiatria Infantil, a iniciativa de João Machado caracterizou-se pelo pioneirismo ao interpretar que eram as causas sociais que levavam uma criança a se tornar neurótica ou desajustada. Afirmava ele:

"É evidente que precisamos de escolas, escolas e (...) de escolas. Uma escola que tenha um contato permanente com o exterior e capaz de observar sobretudo nas famílias, os tipos de influências capazes de ajudar ou prejudicar o seu sentido e a sua ação educadora. Isto não é tarefa nem competência do professor. Constitui uma especialidade, da competência exclusiva do Serviço Social Escolar. Desde cedo se verificou que entre a criança normal e anormal, há grande número de crianças desajustadas por condições diversas, vítimas quase



<sup>52</sup> MACHADO, João. A assistência a psicopatas no Rio Grande do Norte. Apud. SUCAR, Douglas Dogol. Op. cit., p. 41-42.

sempre de ambientes familiares irregulares ou de situações sociais impróprias ou desesperadas".<sup>53</sup>

João Machado já se referia a necessidade de profissionais no corpo pedagógico das escolas, a fim de detectarem os problemas sociais que colocava em risco o aprendizado e o próprio desenvolvimento natural de uma criança.

Conforme observa <sup>SUCAR</sup> (1993), neste mesmo ano foi implantada no estado uma "tímida política pública de atuação no campo da saúde mental, que não era marcada pela contenção, isolamento e confinamento".<sup>54</sup> Buscava-se oferecer ao louco um tratamento médico ambulatorial e social, permitindo seu retorno à sociedade. Dessa forma poderia haver um controle sobre a loucura sem, contudo haver a "posse física" do paciente. Assim diminuía o número de internamentos e reinternamentos. Para as crianças, no entanto, era instituída a primeira assistência psiquiátrica específica no estado.

Consta ainda das ações de João Machado a instalação de uma oficina de artes no interior do Hospital de Alienados onde os trabalhos manuais passaram a fazer parte dos tratamentos dos pacientes numa perspectiva humanista da doença mental e da batalha constante nos anos seguintes para que o tratamento no estado tomasse a forma de ambulatorial. Porém todas as atitudes inovadoras não foram vistas com bons olhos pelo governo estadual, sendo o mesmo exonerado do cargo de diretor do hospital em 1942. Contudo suas influências no cenário nacional o fez receber a função do governo federal de inspetor de saúde mental da região do nordeste. No ano de 1943 trouxe para Natal o III Congresso Brasileiro de Psiquiatria, um evento de grandiosidade, em que foi discutidos a situação e os novos tratamentos para a alienação mental.

Mesmo com todos os esforços de Dr. João Machado o Hospital de Alienados sofria de péssimas condições de infra-estrutura conseqüentes da falta de verbas do setor público e da ausência de profissionais especializados, reflexos das políticas federais deficientes na área da saúde pública.

<sup>53</sup> Ibid. MACHADO, João da Costa. *Higiene Mental entre nós seus problemas: seus remédios*. In: A República. Natal. 07 de maio de 1950. In SUCAR, Douglas Dogol., Op. Cit. p. 45

<sup>54</sup> SUCAR, Douglas Dogol. Op cit., p70.

Um dos problemas do hospital era sua própria estrutura física que já não abarcava o número de pacientes. Sua iniciativa foi trazer, em 1945, do Rio de Janeiro um jornalista da revista "O Cruzeiro" para escrever um artigo-denúncia das péssimas condições do Hospital. A notícia foi publicada a nível nacional e teve como consequência nos anos seguintes sua ida ao Rio de Janeiro para a discussão para a construção de um novo Hospital psiquiátrico.<sup>55</sup>

### **2.3 Do Internamento - um recorte histórico através de 30 fichas de internamento**

O acervo de fichas do Hospital João Machado pode ser dividido em dois momentos. O primeiro deles corresponde ao período do Hospício e do Hospital de Alienados, de 1911 a 1936. As fichas são caracterizadas como documentos de controle, nas quais as informações são sucintas e a maioria dos campos não é preenchido, atestando a falta de corpo especializado para os exames psiquiátricos. A sua função atendia mais a um controle burocrático, informando ao Estado o número de "doidos" retirados das ruas e atendidos naquela instituição. Definitivamente não havia qualquer preocupação com exames mais profundos, restringindo-se a informações superficiais sobre o paciente. (Figs. 01 e 02)

O segundo destes registros é a adoção de um novo modelo de fichas, agora denominadas de "prontuários". Estas fichas foram implantadas no hospital de alienados em 1936, mas já eram utilizadas desde de 1931 por Ulysses Pernambucano e João Machado no Hospital da Tamarineira em Pernambuco. Elas davam o estatuto de cientificidade ao ato de internamento, pois eram realizados exames e diagnósticos embasados nas teorias em voga no período.

Analisando tais fichas, enquanto documentos de um momento histórico, entendemos melhor o papel da instituição de reclusão de loucos.

O quadro de internamentos demonstrado pelas fichas de controle mostra que grande parte dos internos do Hospício de Alienados havia sido encaminhada pela chefia de polícia. Denotando a completa falta de cientificidade destes internamentos. A argumentação do internamento poderia ser a mais variada, desde a falta de higiene, até a diagnóstico impreciso de alienação mental. (Fig. 03)

---

<sup>55</sup> SILVA, Joaquim Eloi da. Op cit., p. 15.

# HOSPICIO DE ALIENADOS

DO

## Rio Grande do Norte

Papelêta Nº 871

Nome do doente Pedro Sabino Alves Naturalidade Rio Grande do Norte (Porto Alegre?)  
 Filiação - Cór Amarelo Idade 18  
 Profissão - Motivos da entrada -  
 Motivos da saída Alcool Estado à saída 12-2-23



14 out. 17-1022

## ANAMNESE

## Precedentes hereditarios:

Molestias nervosas IgnoradoMolestias mentaes IgnoradoIntoxicações IgnoradoMolestias infectuosas IgnoradoSinaes de degenerescencia Ignorado

## Precedentes pessoais:

Anomalias de desenvolvimento phy-  
sico malformação orgânica da cabeçaAnomalias de desenvolvimento  
mental perturbações congênitasfonções da inteligênciaMolestias anteriores Ignorado

## Molestia actual

## Exame somatico

Aspecto exterior

Physionomia TristeAtitude humilde

Fig. 01 – Ficha do Paciente Pedro Sabino Alves. O internamento ocorreu em 1921, período este em que se constata a carência de exames mais precisos. Exemplo disso é o diagnóstico de “mal formação orgânica da cabeça” e ainda “perturbações congênitas”, diagnósticos particularmente óbvios. O restante dos campos são preenchidos com “ignorado”. A maioria das fichas deste período é preenchida apenas no campo do exame somático, restringindo-se a uma “Physionomia triste” e “Attitude humilde”. Fonte: Acervo do Hospital João Machado.



HOSPICIO DE ALIENADOS

Nº de ordem: 641 DO RIO GRANDE DO NORTE

PAPELETA N. 1535-3162-4070-4177-5244 7.428:  
10.916:



Nome Celestina Cosme de Oliveira  
 Cor Morena. Parda  
 Idade 21 anos <sup>10.50 cm</sup> 18/11/1937  
 Filiação Francisco Cosme de Oliveira  
 Naturalidade Pio I. de Ponte  
 Estado civil Solteira  
 Profissão Domestica 22-5-51  
 Procedencia L. You (V. Piedonca) Ch. Frei de M. N. B. de  
 Data da entrada 23-5-928-18/1/937-72/8/940-8-11-940-3-1-941  
 Saída 26-9-928-28/4/937-20/9/940-21-XI-945-26-9-51-4/9/59  
 Transferecia para \_\_\_\_\_  
 Fallecimento \_\_\_\_\_  
 Requerem a entrada Hospicio Publico

ANAMNESE

Procedentes hereditarios	Procedentes pessoais
<u>sem doç</u>	<u>debuca inf...</u>

Fig. 03 – Ficha da paciente Celestina Cosme de Oliveira (Frente). A ficha, a princípio, era de controle, tornando-se posteriormente prontuária, devido a seqüência das internações. Na primeira internação nota-se que não há preenchimento criterioso da Anamnese, que constaria o histórico da doença e os antecedentes. Esta parte é preenchida na sua segunda internação de 1937, no verso da mesma ficha. A paciente apresenta um aspecto físico de decadência na seqüências das fotos. Provável consequência dos tratamentos aplicados e de uma vida de exclusão social. Em uma das internações consta um requerimento da Prefeitura da Cidade de Monte Alegre/RN de 1959. Fonte: Acervo do Hospital João Machado.

Nestes primeiros anos do século XX era atribuição da polícia zelar a ordem pública e proteger a população da infestação insalubre causada pela falta de higiene e pelos riscos epidêmicos. Notamos também que em certos casos as próprias famílias procuravam a chefia de polícia para entregar-lhe a responsabilidade de seus loucos afim de resolver a "situação" de algum membro "problemático". Os requerimentos para internamento neste hospício poderiam vir de qualquer outro município do Estado. Era atribuição da mesma chefia ainda, recolher os

87  
(224)

# HOSPITAL DE ALIENADOS

DO  
RIO GRANDE DO NORTE

N. 4.836 - 4.701 - 4.905 - 5.471 5.611: 7.454: 8.868.

SEÇÃO MULHERES CLASSE INDIGENTE

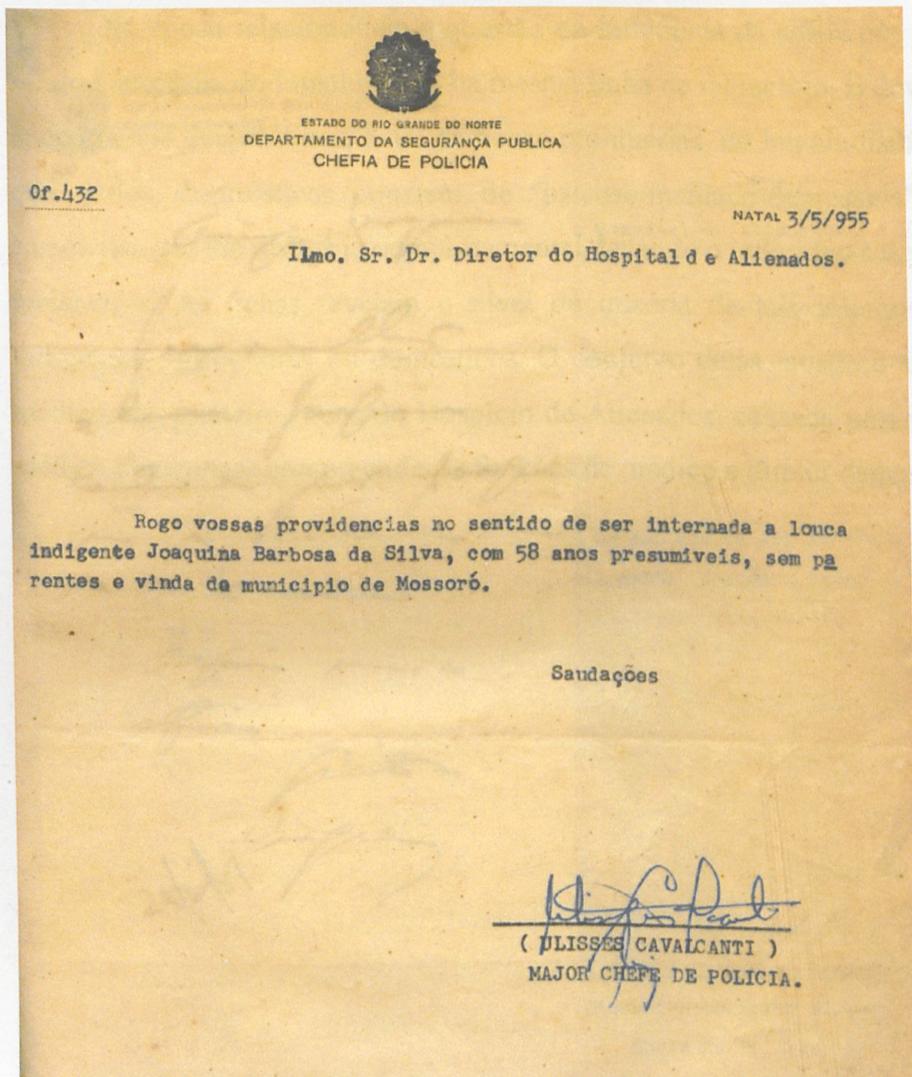
Nome Joaquina Barbosa da Silva  
 Côr parda Idade 53 anos (1944) Peso 54 quilos Altura 1m,56  
 Filiação Pedro Pereira Barbosa  
 Estado Civil viúva  
 Religião católica Profissão cozinheira  
 Instrução analfabeta  
 Naturalidade Rio Grande do Norte  
 Residência Natal-Alecrim  
 Requereu entrada Chefe de Policia - Chefe de Policia - Chefe de Policia - Idem  
 Data da entrada 17-5-43. 12-8-43. - 11-VIII-945 4-2-1946: 21-VI-951: 3/V/55.  
 Alta 7-6-1943. - 20-6-944 - 10-XII-945. 21-VI-950: 12/8/54.  
 Transferencia \_\_\_\_\_  
 Falecimento Às 6 horas de dia 11 de Junho de 1957, neste Hospital de Alienados.

À ENTRADA FOTOGRAFIAS À SAÍDA

Diagnostico Alcoolismo crônico  
 D. [Assinatura] DIRETOR

Observações \_\_\_\_\_

Fig. 04 – Ficha da paciente Joaquina Barbosa da Silva. Nesta fase nota-se a segmentação entre os sexos, sendo preenchido o campo da seção de mulheres, ao contrário do que ocorria no Lazareto e nos primeiros anos do Hospício, quando os homens, mulheres e crianças eram colocados no mesmo espaço. Outro dado importante é o diagnóstico de “alcoolismo crônico”, fazendo parte do quadro de alterações da saúde mental. A paciente falece pouco antes da transferência dos doentes para o Hospital Colônia de Psicopatas. Fonte: Acervo do Hospital João Machado.



**Fig. 05 – Encaminhamento da Chefia de Policia ao Hospital de Alienados. Nota-se neste oficio o caráter policial do internamento e a abrangência em receber pacientes de outros municípios do Rio Grande do Norte. O diagnóstico já é dado pelo chefe de policia: “louca indigente”. Fonte: Acervo do Hospital João Machado.**

medicantes, indigentes e doentes de enfermidades (tais como sífilis,<sup>56</sup> malária<sup>57</sup> e desintéria) da cidade e encerrá-los no hospício. Podemos até observar o mesmo como uma continuidade da cadeia pública. (Figs. 04 e 05) As internações dependiam de diagnósticos onde em muitos deles não constava nenhum tipo de alienação mental ou de antecedentes tais; mas de doenças resultantes das péssimas condições de vida e de surtos epidêmicos como impaludismo (hoje chamado de malária ou febre amarela).

<sup>56</sup> Sobre a sífilis já existiam estudos e comprovações, desde o século XIX, que ela causava uma forma de alienação mental conhecida como Paralisia Geral Progressiva, devido a afecção pelo treponema nos cérebros dos doentes, causando alterações no comportamento e paralisia nos membros inferiores, terminando com um quadro de deterioração física e mental. PEREIRA, Lygia Maria de França. *Os primeiros 60 anos de terapêutica psiquiátrica no estado de São Paulo*. In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.) et al. Op cit., p. 40-41.

<sup>57</sup> A ciência entendia que a malária poderia se dar semelhante à sífilis, a partir de um treponema (bactéria) que chegaria ao cérebro e degeneraria o mesmo.



Na época relacionou-se a questão da influência da sífilis nos desequilíbrios mentais sendo a moléstia do Impaludismo na mesma linha de raciocínio. É devido a isto que não raro encontramos diagnósticos, entre as fichas prontuárias, de Impaludismo ou malária. Notamos que vários diagnósticos constam de "psicose-maníaco-depressiva". Tal enfermidade se caracteriza por um distúrbio comportamental, levando o indivíduo à depressão – estado de alta melancolia. As fichas revelam o nível de miséria de tais internos, a maior parte deles indigentes, agricultores ou domésticos. O conjunto delas mostra a ausência de diagnóstico médico nos primeiros anos do Hospício de Alienados, causada pela presença de apenas um médico clínico que compreendia as funções de médico e diretor daquela instituição.

## Capítulo 3 - O pioneirismo da psiquiatria social em Pernambuco e no Rio Grande do Norte

---

### 3.1. Ulysses Pernambucano e a psiquiatria social contra a eugenia fascista

Para se entender o movimento de psiquiatria social no Brasil se faz necessário entender uma conjuntura ideológica que se fez presente neste mesmo período.

O pós-guerra se definiu como divisor de águas na questão referente a assistência do Estado para com os doentes mentais. Em 1940 o ainda Ministério da Educação e Saúde criou o Serviço Nacional de Doença Mental, sendo administrado por Aduino Botelho, seguidor de Ulysses Pernambucano. Botelho pôs em prática algumas das idéias de Ulysses Pernambucano, entre elas uma nova política asilar (que permitiu a reformulação de muitos hospitais e a criação colônias agrícolas - partindo do princípio da laborterapia como forma de tratamento), dando-lhe feições humanistas. Diante das grandes problemas ligados a questão mental no país, suas medidas foram insuficientes.<sup>58</sup> Nesse momento crescia rapidamente nestes anos o movimento de Psiquiatria Social iniciada por Ulysses Pernambucano. Entre as ações empreendidas pelo movimento constava a realização de congressos que permitia o intercâmbio de novas técnicas, estudos e idéias sobre a assistência ao doente mental, e na nacionalização das idéias propostas. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os regimes fascista e nazista difundiram pelo mundo, proposições de um racismo científico, numa tentativa de afirmar biologicamente a raça ariana como superior às outras. Para isso fizeram uso da eugenia - ciência que se definia a partir de uma teoria que estudava as condições mais propícias a reprodução humana, visando o fortalecimento dos povos através do processo de "purificação das raças". São conhecidos os crimes nazistas de condenação à morte, uso como cobaias humanas e esterilização dos doentes mentais. A prática da esterilização também foi comum neste período nos Estados Unidos.

O Brasil neste momento vivia o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, que carregava consigo a ambigüidade do autoritarismo e do assistencialismo. Com tendências fascistas, Vargas, no poder desde 1930, tinha uma simpatia pelas práticas eugênicas, de

---

<sup>58</sup> SILVA, Joaquim Eloi. Op cit., p. 13.

seleção de raças. Neste contexto a doença mental foi classificada como “degenerescência moral” de certas raças, principalmente de negros e amarelos.<sup>59</sup> Neste período a eugenia se constituía dentro dos discursos da Higiene Mental no sudeste do país. Para tanto as constituições de 1934 e 1937 estabeleceram-se baseadas nesta forte influência. A ação que a confirma, foi a restrição sobre a imigração de africanos e asiáticos. Skidmore afirma que “os imigrantes seriam admitidos em conformidade com a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia”.<sup>60</sup> O objetivo era o branqueamento da população. A constituição de 1934 além de definir sobre a proteção e assistência ao psicopata também definia sobre a tutela de seus bens, ampliando ainda sua abrangência para os toxicômanos e alcoólatras.

No Brasil crescia a oposição as teorias eugênicas em vários setores da sociedade, um exemplo disso é a presença de Gilberto Freire, Roquette Pinto, Luis Sá e Arthur Ramos, além de outros. Em 1936 Ulysses Pernambucano foi perseguido chegando o mesmo a ser preso por professar uma ciência transgressora, baseadas na linha de pesquisa que abordava as “medidas antropométricas e psicométricas, além dos aspectos culturais e sociais” da população.<sup>61</sup> A teoria eugênica procurava agir como controle social podendo elevar ou rebaixar as qualidades raciais das gerações futuras, tanto físicas como mentais.

Em 1940, uma cartilha trabalhando com a temática da Higiene Mental de autoria de Luis Sá estuda sobre as influências racistas, em voga na década de 1930 e início da de 1940. Porém o artigo só foi publicado em 1956, após a atuação da censura do Estado Novo.

"Todo o capítulo da chamada “Higiene Racial” tem de ser revisto aqui no Brasil, especialmente, muito se clamou, pela voz de alguns teóricos estrangeiros (e alguns nacionais!) que somos um “povo inferior”, provindos de “raças inferiores”, que aqui cruzaram suas “hereditariedades desarmônicas”. O negro foi a nossa perdição! Clamaram alguns. Devemos voltar ao ariano! - gritaram

<sup>59</sup> MARSIGLIA, Regina Giffoni. *Os cidadãos e os loucos no Brasil: A cidadania como processo*. In:

MARSIGLIA, Regina, et all. *Saúde Mental e Cidadania*, p. 80.

<sup>60</sup> SKIDMORE, T. E. Preto no branco. Apud. ANTUNES, Eleonora Haddad. Op. cit. In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.) et all. Op cit., p. 103

<sup>61</sup> PERNAMBUCANO, U, LASCIO, A. di, PERNAMBUCANO, J., GUIMARÃES. Alguns dados Anthropologicos da população do Recife. Apud FREYRE, Gilberto. *Novos estudos Afro-brasileiros*. Apud ANTUNES, Eleonora Haddad. Op cit. In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.) et all. Op cit., p. 92.

outros. Esses falsos cientistas acharam ainda que a mestiçagem era um fator de “degenerescência”. Uma das causas do nosso atraso estava no mestiço desarmônico, incapaz inferiorizado. Uma balela científica, hoje só aceita por certos pseudo-cientistas que fazem “ciência” a soldo político. Fora com esses "racistas" partidários da raça pura no Brasil! O que se atribuía a um mal de raça verificou-se que era um mal de condições higiênicas deficitárias: subalimentação, pauperismo, doenças, alcoolismo...é mais complexa, porque se dirige às raízes sociais dos desajustamentos humanos".<sup>62</sup>

No mesmo ano surgem programas de reabilitação em saúde mental para recuperar a força de trabalho destruída pela Segunda Guerra Mundial. As formas de tratamento vão do desenvolvimento da farmacologia com a introdução de novas drogas, terapias e a operações cerebrais, chamadas lobotomia e leucotomias (que consistiam em extirpar ou extrair a parte cerebral acometida pela doença mental). Com o fim da Segunda Guerra Mundial desenvolveu-se um extenso programa de reabilitação das vítimas de psicose e psicoses traumáticas.

Entre os vários tratamentos iniciados no Brasil na década de 1940 está o conhecido eletrochoque - que consiste na colocação de objetos de metal em qualquer ponto da cabeça e ligados a corrente elétrica. O choque causa uma perda de consciência e posteriormente o fim da crise nervosa. Foi um método largamente usado por ser barato e segundo os médicos, eficaz.

Inaugura-se no Brasil na área da saúde uma nova fase, sendo criado inclusive em 1953 um Ministério exclusivo para a área da saúde pública, o Ministério da Saúde.

### **3.2 A repercussão das influências de Ulysses Pernambucano no Rio Grande do Norte**

Um evento que ajudou a mudar a mentalidade da classe intelectual potiguar sobre a doença mental foi a realização do III Congresso de Psiquiatria, Neurologia e Higiene Mental do Nordeste Brasileiro, em 1943. Naquele ano Ulysses Pernambucano viu-se impotente para realizar em Pernambuco o evento, devido a perseguições efetuadas pelo interventor

<sup>62</sup> RAMOS, Arthur. *Saúde do Espírito*. Apud ANTUNES, Eleonora Haddad. Op. cit. In: ANTUNES, Eleonora Haddad (org.) et al. Op. cit., p. 94..

pernambucano e por grupos que tinham seus interesses contrariados com as atitudes revolucionárias. Frente a maior receptividade das novas idéias psiquiátricas no Rio Grande do Norte, uma solução encontrada e oferecida por João da Costa Machado, foi trazer o Congresso para Natal consistindo numa luta pela “modernização e por uma psiquiatria aplicada na dimensão social”, dando mais um passo para a estruturação científica. A realização do mesmo deu início a um novo momento para a psiquiatria social, a colaboração do Estado, nas políticas defendidas pelos psiquiatras sociais. Foi assinado um “contrato que visava a colaboração do SERAS (representado por Aluizio Alves) para a instalação e manutenção de um laboratório de Higiene Mental fora do ambiente hospitalar”.<sup>63</sup> Notamos com tais acontecimentos que o processo no Rio Grande do Norte ocorreu de forma mais suave que o processo em Pernambuco, tanto que o Rio Grande do Norte possuiu no mesmo ano o Decreto-Lei nº 526, para a criação de ambulatórios de assistência ao doente mental, assinado pelo próprio interventor do estado Ubaldo Bezerra. A luta seqüencial se deu pela adesão de vários setores da sociedade, do ideário social em questão. Em 1944 foi fundada a "Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal",<sup>64</sup> e a partir dela foi organizada uma ação educativa para a população com a realização de Semanas de Higiene Mental e com a publicação mensal do Boletim de Saúde Mental. A meta era esclarecer a população sobre a doença mental e sua prevenção.<sup>65</sup> Grandes figuras influentes da sociedade da época se tornaram membros da Sociedade implantada, entre elas Câmara Cascudo, que aderindo ao movimento de modernização da psiquiatria no estado, usou de sua influência no governo federal para solicitar ajuda para a construção do Hospital Colônia idealizado por João da Costa Machado. Em 1946 viabilizou uma política de capacitação instituindo a cadeira de psiquiatria e Higiene Mental na Escola de Serviço Social de Natal, a qual formaria profissionais capacitados para trato específico com a doença mental.

A capital potiguar entrava no circuito dos avanços científicos sobre a doença mental, tudo até então estava nos discursos até a realização, tão almejada do psiquiatra João da Costa Machado na construção do Hospital Colônia de Psicopatas em 1947, iniciada durante o governo de José Varela, e concluída parcialmente no governo de Dinarte Mariz em 1957.

---

<sup>63</sup> SUCAR, Douglas Dogol. Op cit., p.70.

<sup>64</sup> Ibid., p. 72.

<sup>65</sup> SILVA, Joaquim Eloi. Op cit., p. 13.

## Capítulo 4 - 1957 - A instalação do Hospital Colônia de Psicopatas

### 4.1 Lutas para instalação do Hospital Colônia de Psicopatas

O Rio Grande do Norte alcançou o ápice da assistência a doentes mentais na década de 1950, com a inauguração do Hospital Colônia de Psicopatas, hoje chamado Hospital João Machado. Para que se realizasse tal obra, foi necessário um período de 12 anos de divulgação, sensibilização e muitas solicitações às elites intelectuais e políticas, locais e nacionais. Os apelos durante todo este tempo foram muitos e o retorno pouco, daí então vieram as denúncias públicas, tudo levado a frente pelo idealizador da obra João da Costa Machado. O poder público enfim atendeu aos apelos, devido ao mal estar causado pelas denúncias. Foi então realizado um acordo entre o governo estadual, na administração de José Varela e o Serviço Nacional de Doenças Mentais, durante a gestão de Adauto Botelho, para a instalação do hospital proposto. A respeito deste novo momento Sucar (1993) esclarece:

No entanto logo se evidenciaria que tais providências do poder público estadual, teria sido muito mais no sentido de retardar através de uma atitude de forte efeito simulador, os avanços e neutralizar a repercussão das críticas oriundas do movimento da Psiquiatria Social, do que por interesse real, naquele momento, de melhorar a qualidade de assistência prestada pelo poder público estadual. Aos "loucos indigentes" no sentido de não aparecer como omissos, como de fato vinha sendo...<sup>66</sup>

O que confirma a citação acima é o período de paralisações e morosidade que a construção do novo hospital passa levando dez anos para o término do edifício. Para a realização da obra iniciada em 1948, foi adquirido um terreno de 480.000 m. Porém é no ano de 1956 que se define o processo, a construção toma um novo impulso dentro da política de crescimento desenvolvimentista do presidente e médico Juscelino Kubitschek.

<sup>66</sup> SUCAR, Douglas Dogol. Op cit., p 80.



**Fig. 06 – Visita de Gilberto Freyre às obras de construção do Hospital Colônia de Psicopatas em 1954. A visita de pessoas de renome fazia parte da campanha de sensibilização do poder público. Gilberto Freyre era simpatizante do movimento de Psiquiatria Social. Acompanha-o durante a visita João Machado. Fonte: Acervo do Hospital João Machado.**

Durante o período de construção do hospital, João Machado convidava os membros da Sociedade de Assistência aos Psicopatas para que causassem um impacto na opinião pública e reverter os comentários desfavoráveis. (Fig. 06) Era inadmissível para a elite local que se destinasse quantias tão significativas para a construção e aparelhamento de um “hospital para doidos”. Além das visitas ao hospital, João Machado realizava conferências, palestras, publicava trabalhos e se correspondia com todo país com a finalidade de que fosse concluída a construção do Hospital Colônia de Psicopatas.

Em julho de 1956 um artigo jornalístico relatava a situação das obras do Hospital Colônia de Psicopatas:

“Infelizmente logo ao assumir a secretaria de Saúde o Dr. José Maciel viu-se na contingência lamentável de não dar prosseguimento a importantes obras como o Hospital Colônia, que a vários anos se encontra paralisado... Esse constrangimento em que se viu o titular da saúde resultou da má aplicação das verbas anteriores recebidas... É pensamento do secretário desenvolver todos os esforços para que chegue ao seu término o Hospital Colônia de Psicopatas”<sup>67</sup>

Neste período, como se vê, as obras encontravam-se paralisadas e a cada dia a situação do Hospital de Alienados, sob a direção do médico Joaquim Rubens da Cunha, continuava terrível. Neste mesmo ano foi realizada uma entrevista para o jornal “Diário de Natal” que mostrava as condições sub-humanas vividas pelos seus internos.

“...existem dois galpões onde ficam recolhidos homens e mulheres, no galpão destinado aos homens, encontram-se quase cem loucos, vários se apresentam completamente nus... No galpão destinado às mulheres a situação é a mesma... É uma situação de extrema miséria e abandono”<sup>68</sup>

Com esta última denúncia na imprensa, a construção tomou um novo impulso, apoiadas pelo governo federal, com o presidente Juscelino Kubtschek, e pelo governo estadual com o governador Dinarte Mariz. Foram destinadas então vultuosas verbas para o término da obra.

#### **4.2. Instalação e infra-estrutura do Hospital Colônia de Psicopatas**

Para o ano de 1957, estava programada uma visita oficial do presidente Juscelino Kubtschek à Natal, acelerando o processo de construção da obra. O objetivo era aproveitar a presença do presidente para a inauguração, dando especial ênfase ao acontecimento.

No dia 15 de janeiro chegou a Natal Juscelino Kubtschek, se encaminhando logo ao meio dia para o Hospital Colônia de Psicopatas, juntamente com sua comitiva para a

<sup>67</sup> Panorama de uma administração. Secretaria de Saúde. In: A República, 01/jul/1956, n. 01, ano LXVII, p. 02.

<sup>68</sup> MARANHÃO FILHO, Luiz. Sem Título. In: Diário de Natal, 24. set. 1956. Apud SUCAR, Douglas Dogol, p.110.

inauguração do mesmo. As obras porém não estavam totalmente concluídas. Após sua conclusão a capacidade seria para 500 pacientes. Além dos representantes do poder federal, estive presente uma comitiva de jornalistas. No dia seguinte foi inaugurada a cozinha industrial do hospital, montada com equipamentos de alta tecnologia produzidos pela S.A. Phillips (divisão médica e científica – Recife). (Figs.07 e 08)

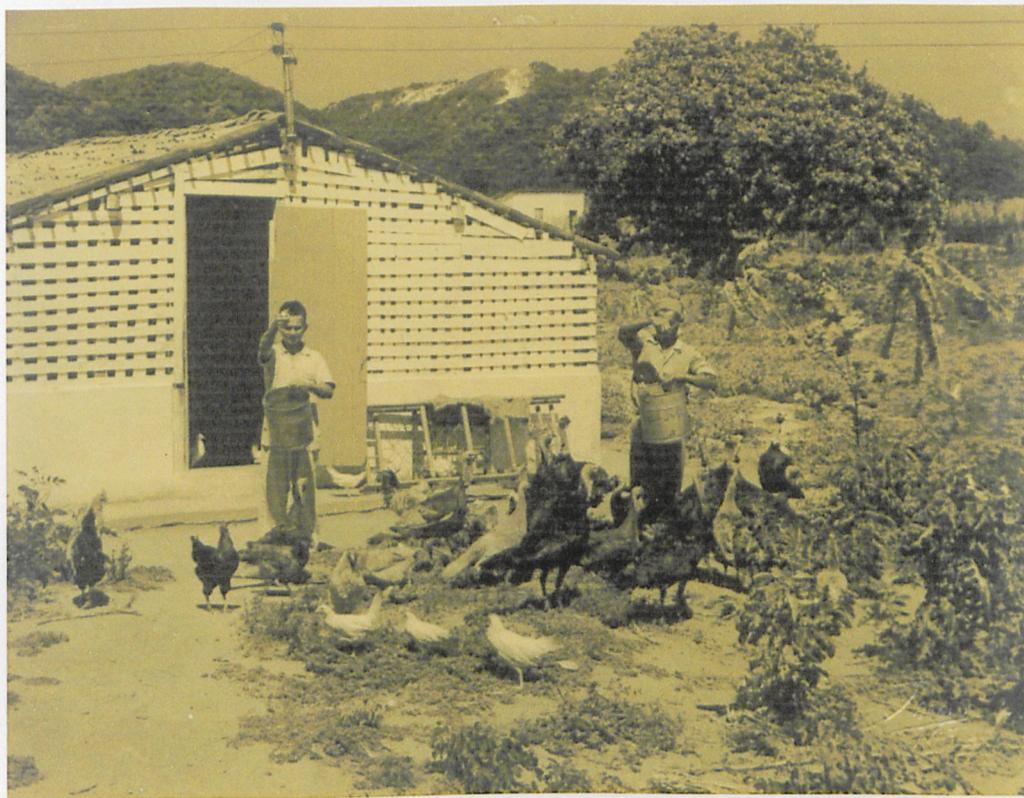


**Fig. 07 –**  
**Chegada da**  
**Comitiva**  
**presidencial.**  
**Presença do**  
**Presidente**  
**Juscelino**  
**Kubitschek a**  
**direita aperta a**  
**mão do médico e**  
**idealizador da**  
**obra João da**  
**Costa Machado ,**  
**a esquerdo o**  
**governador**  
**Dinarte Mariz.**  
**Fonte: Acervo do**  
**Hospital João**  
**Machado**

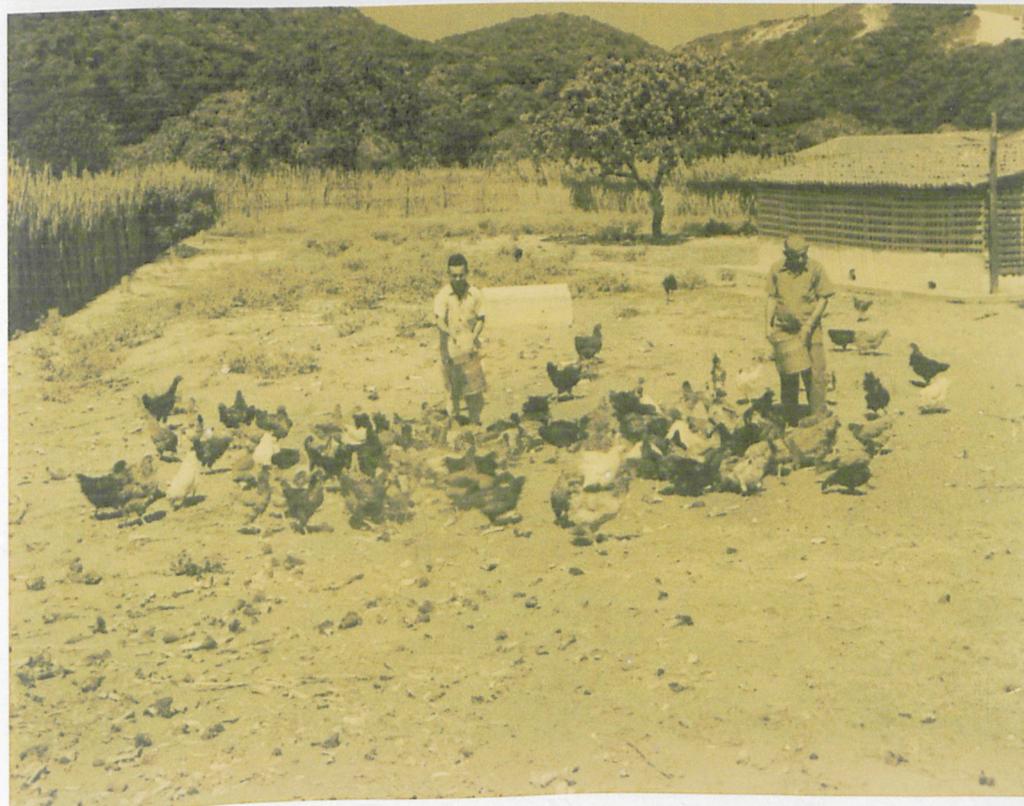


**Fig. 08 – Ato Inaugural com a presença do lideranças religiosas e políticas (D. Nivaldo Monte, Juscelino Kubtschek, Dinarte Mariz, Dr Pedro Coelho e jornalistas) Fonte: Acervo do Hospital João Machado**

O hospital foi construído no molde de colônia agrícola, onde uma das finalidades era o tratamento pela laborterapia (terapia pelo trabalho). (Figs. 09-15) Não possuía grades de ferros nem muros internos separando as enfermarias, pelo contrário elas convergiam e se interligavam, favorecendo a integração e a convivência entre pacientes, funcionários e corpo clínico. (Fig. 16) Ao contrário do Hospital de Alienados, a nova instituição buscava dar uma



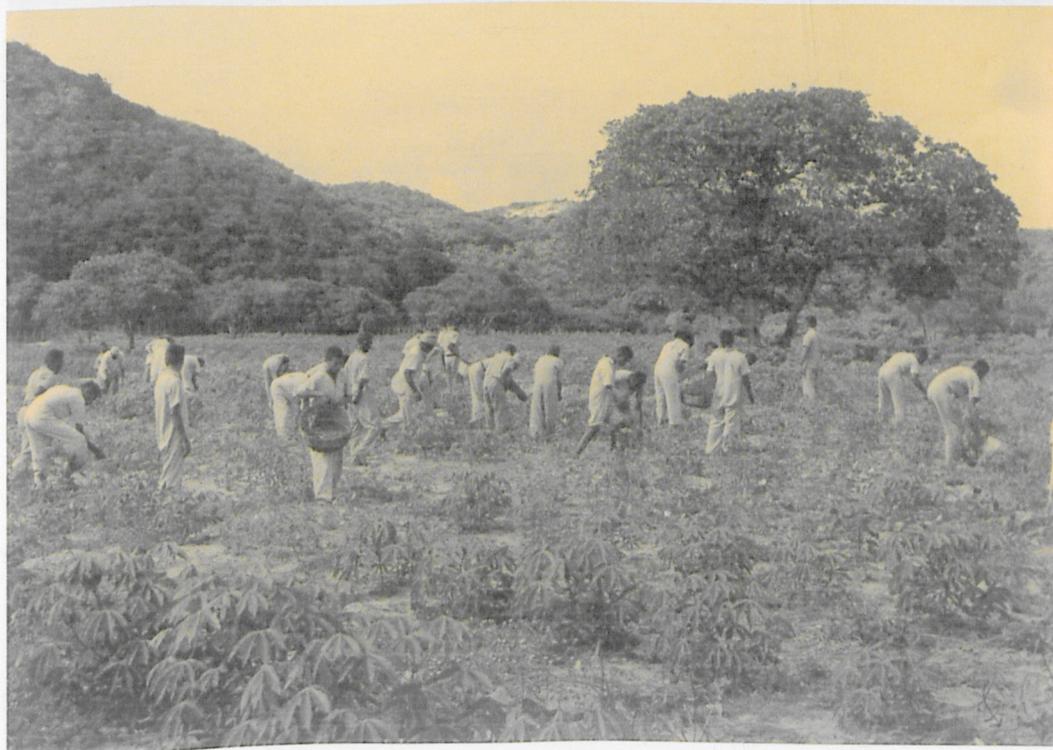
**Fig. 09 – Pacientes praticando a Laborterapia no Aviário construído no Hospital Colônia. Fonte: Acervo do Hospital João Machado**



**Fig. 10 – Outro aspecto do Aviário. Parte dos internos vinham de municípios rurais, onde já haviam tido contato com atividades semelhantes. Fonte: Acervo do Hospital João Machado**

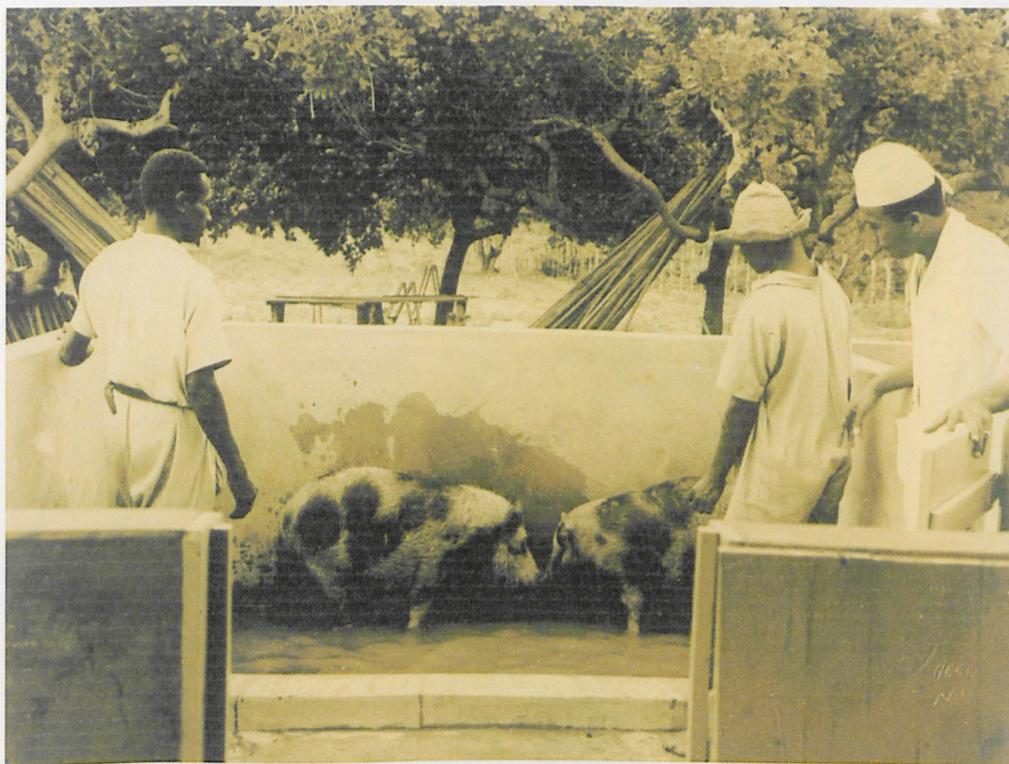


**Fig. 11 –**  
Pacientes e  
Médico na  
Lavoura. Uma  
nova relação  
médico-paciente  
se estabelecia.  
Fonte: Acervo do  
Hospital João  
Machado

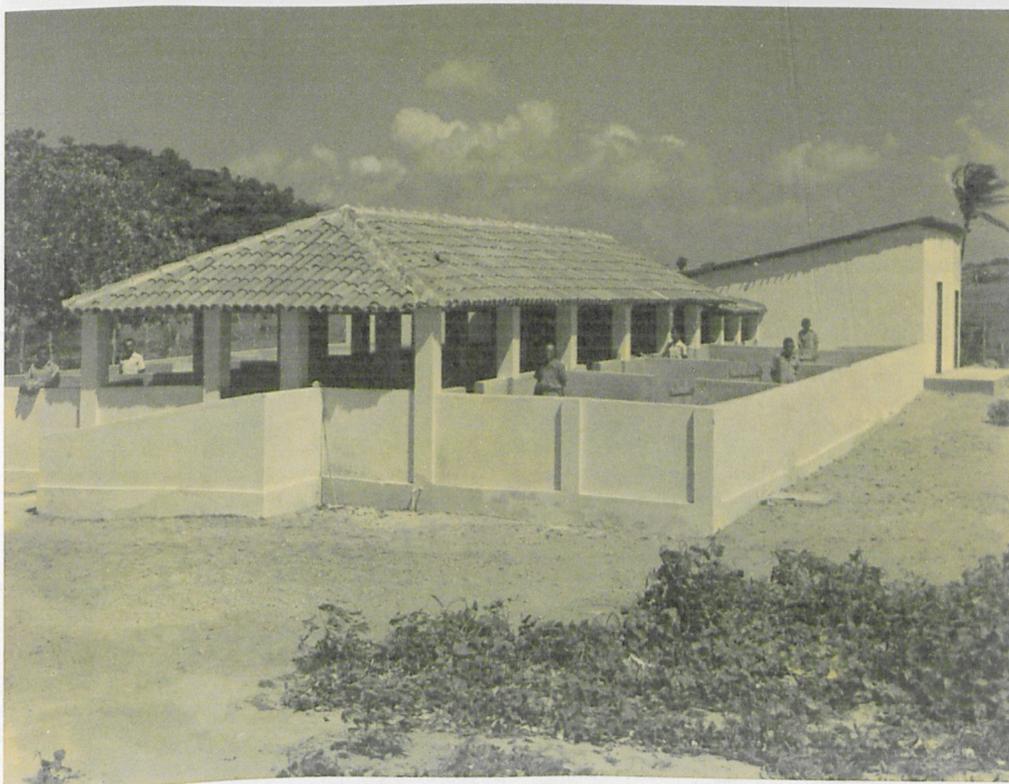


**Fig. 12 –** Outro  
aspecto da  
Lavoura. A  
localização do  
Hospital, fora  
do perímetro  
urbano,  
permitia este  
tipo de prática.  
Em segundo  
plano, a área  
hoje  
correspondente  
ao Parque das  
Dunas. Fonte:  
Acervo do  
Hospital João  
Machado





**Fig. 13 –**  
**Pocilga.**  
**Pacientes no**  
**trato com os**  
**animais. Fonte:**  
**Acervo do**  
**Hospital João**  
**Machado**



**Fig. 14 –**  
**Outro**  
**aspecto da**  
**Pocilga. Fonte:**  
**Acervo do**  
**Hospital João**  
**Machado**



**Fig. 15 –** Lavanderia do Hospital Colônia. O estabelecimento o de rotinas que favoreciam vínculos profissionais e pessoais era bastante facilitado pela Laborterapia. Fonte: Acervo do Hospital João Machado



**Fig. 16 –** Prédio do Hospital Colônia de Psicopatas. Composto por três módulos interligados, a estrutura física favorecia o convívio entre pacientes, funcionários e corpo médico. Instalado numa área fora do perímetro urbano, onde se desenvolviam as atividades de uma colônia agrícola. Fonte: Acervo do Hospital João Machado

continuidade a vida social do paciente. A relação médico-paciente passava a ser reconhecida no contexto dos laços afetivos e produtivos, priorizando o respeito humano. Os vínculos eram estabelecidos entre eles e também com a sociedade. (Figs. 17-22)

O hospital, porém só começou a funcionar dia 20 de julho do mesmo ano, tendo como diretor por indicação de João Machado, o médico Pedro Coelho. No dia seguinte, 21 de julho o Hospital de Alienados foi fechado definitivamente.<sup>69</sup> Foram transferidos naquele mesmo ano 230 internos do Hospital de Alienados.



**Fig. 17 – Os trabalhos desenvolvidos nas oficinas da praxiterapia. Como método terapêutico auxiliar, a praxiterapia proporcionava trabalhos com barro, xilogravura, madeira, entre outros. Fonte: Acervo do Hospital João Machado**

<sup>69</sup> SUCAR, Douglas Dogol. Op. Cit. P.112



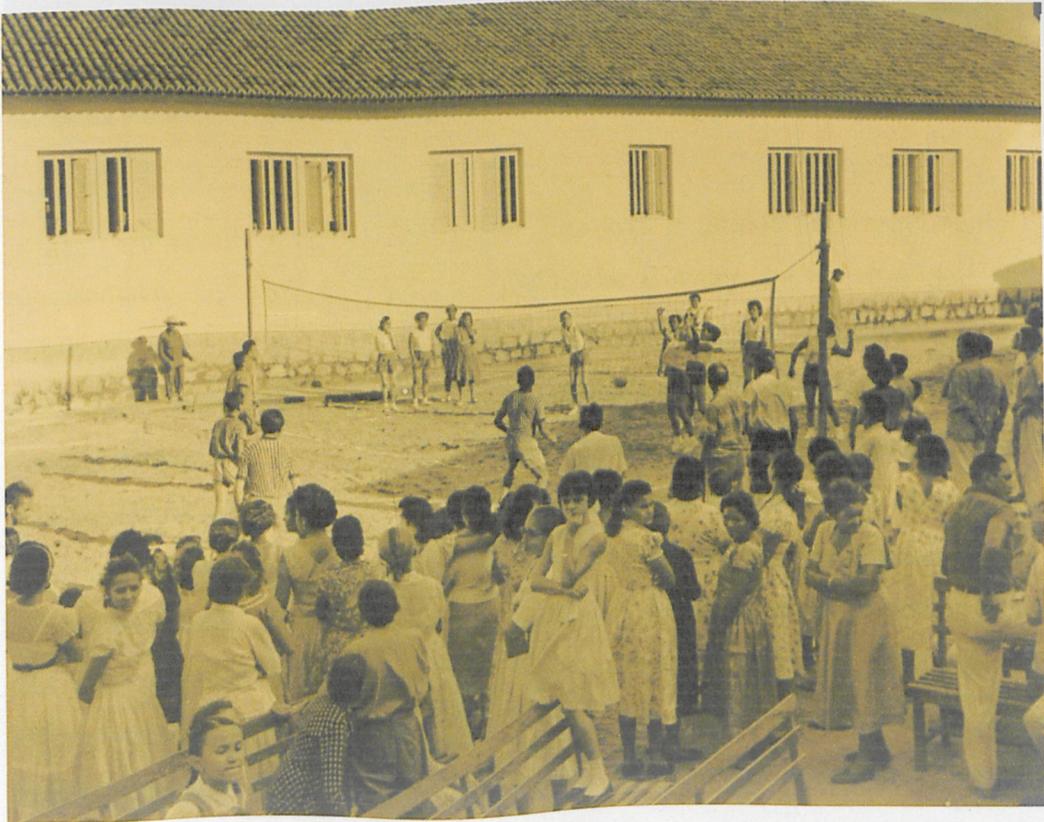
**Fig. 18- Os internos e visitantes na exposição dos trabalhos feitos nas oficinas de praxiterapia. Tais eventos eram bastante incentivados, como uma forma de pôr os internos em contato com a família e a sociedade, onde demonstravam seus trabalhos e capacidades. Fonte: Acervo do Hospital João Machado**



**Fig. 19 – Aulas de Alfabetização para as internas. O Hospital além de tratar o doente, preparava-o para a vida em sociedade, dotando-o de habilidades que facilitassem sua integração no meio. Notar que não havia fardamento, cada um tinha sua individualidade preservada pelos seus trajés. Fonte: Acervo do Hospital João Machado**



**Fig. 20- Aulas de Alfabetização dos internos.** Segundo preceitos pedagógicos do período as turmas deveriam ser separadas por gênero. Fonte: Acervo do Hospital João Machado



**Fig. 21 – Atividade desportivas.** Através de jogos, os internos respeitavam regras: trabalhavam com competitividade, passando a respeitar-se mutuamente, preparando-os para a convivência coletiva. Fonte: Acervo do Hospital João Machado



**Fig. 22 – Pastoril encenado pelos internos. Um outra atividade que visava desenvolver a integração, disciplina e auto-estima dos pacientes. Fonte: Acervo do Hospital João Machado.**

A folha de serviços do hospital denotava o grande empreendimento que o mesmo representava. Sua receita conseguiu extrapolar o valor das receitas dos demais hospitais públicos para o ano de 1958, fechando com maior verba que o somatório destinado as demais instituições juntas. Isto se deve a uma quantidade maior de profissionais em serviço e ao grande número de internos (mais de 271 pacientes). Enquanto outros hospitais possuíam apenas um médico especialista (um leprologista por exemplo na Colônia São Francisco de Assis), o Hospital Colônia possuía quatro deles (psiquiatras). As despesas também eram altas devido ao extenso período dos internamentos e por já haverem pacientes crônicos, (aqueles que não possuíam família ou aqueles que tendo passado por uma amnésia –estado de esquecimento- não sabiam quem eram, ou para onde iriam), ficando internos permanentemente, por não ter destino, sendo o gasto com eles, em todos os aspectos, altos.

Instituições Despesas	Sanatório Getúlio Vargas	Colônia São Francisco de Assis	Hospital Evandro Chagas	Abrigo Juvino Barreto	Hospital Colônia de Psicopatas
<i>VENCIMENTOS FIXOS</i>					
<i>Diretor</i>	96.000,00	96.000,00	96.000,00	-	96.000,00
<i>Administrador</i>	-	26.400,00	26.400,00	-	26.400,00
<i>Atendentes</i>	(1) 24.600,00	(1) 26.400,00	(1) 26.400,00	-	(2) 48.000,00
<i>Motorista</i>	(1) 21.600,00	-	-	-	-
<i>Dentista</i>	(1) 33.600,00	-	-	-	-
<i>Psiquiatra</i>	-	-	-	-	(4) 192.000,00
<i>Cirurgião</i>	(1) 48.000,00	-	-	-	-
<i>Médico Leprologista</i>	-	(1) 48.000,00	-	-	-
<i>GRATIFICAÇÕES</i>					
<i>Cf. de Clínica</i>	-	-	-	-	(1) 24.000,00
<i>Administrador</i>	(1) 12.000,00	-	-	-	(1) 12.000,00
<i>Mordomo</i>	(1) 12.000,00	-	-	-	(1) 12.000,00
<i>Adicionais</i>	20.000,00	-	-	-	18.000,00
<i>Otras Gratf.</i>	-	27.360,00	-	-	-
<i>VENCIMENTOS VARIÁVEIS</i>					
<i>Contratados</i>	-	-	-	-	55.200,00
<i>Mensalistas</i>	92.400,00	-	-	34.800,00	70.200,00
<i>Diaristas</i>	160.000,00	87.000,00	58.000,00	50.000,00	429.600,00
<i>Cota p/ Adm.</i>	-	-	-	40.000,00	-
<i>MATERIAL PERMANENTE</i>					
<i>Camas, Colchões e Travesseiros</i>	-	-	-	-	200.000,00
<i>MATERIAL DE CONSUMO</i>					
<i>Combustível</i>	120.000,00	43.000,00	30.000,00	-	240.000,00
<i>Drogas e Produtos Químicos</i>	240.000,00	160.000,00	130.000,00	60.000,00	240.000,00
<i>Material de Expediente</i>	18.000,00	9.000,00	9.000,00	15.000,00	60.000,00
<i>Vestuário</i>	90.000,00	130.000,00	30.000,00	143.000,00	180.000,00
<i>Alimentação</i>	1.800.000,00	1.500.000,00	240.000,00	600.000,00	2.400.000,00
<i>Produtos de Limpeza</i>	120.000,00	48.000,00	30.000,00	-	96.000,00
<i>DESPESAS DIVERSAS</i>					
<i>Aluguel, Tel, Luz, Água e Esgoto</i>	96.000,00	30.000,00	24.000,00	20.000,00	264.000,00
<i>Conservação de Móveis e Máquinas</i>	18.000,00	-	-	10.000,00	36.000,00
<i>Despesas de Prontopag.</i>	18.000,00	18.000,00	9.600,00	9.000,00	18.000,00
<i>Diversos</i>	-	30.000,00	-	-	1.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.040.200,00</b>	<b>2.279.160,00</b>	<b>1.418.800,00</b>	<b>1.963.600,00</b>	<b>9.583.800,00</b>

Tabela 01 - Demonstrativo da receita estadual destinada aos "Serviços Técnicos Especializados e Assistência Hospitalar". Fonte: Atos e Decretos do Governo de 1957. Lei nº 2155 - A de 22 de novembro de 1957. Orça a receita e fixa despesa do Estado para o exercício de 1958.

## Conclusões

---

No início deste trabalho constatou-se que havia uma carência de estudos sobre a história das instituições de tratamento médico no Rio Grande do Norte. Os trabalhos da área tinham um ponto de vista estritamente biográfico ou técnico, com pouca inserção nos processos históricos. Este quadro se tornava mais grave em relação às instituições responsáveis pelo recolhimento e/ou tratamento de doentes mentais. Além da carência de trabalhos na área, não havia conhecimento sobre a localização das prováveis fontes de estudo sobre o tema.

As duas únicas bibliografias específicas serviram como norteadoras da pesquisa, já que faziam um breve histórico do processo de institucionalização da loucura no estado. O passo seguinte foi procurar os documentos referentes às épocas de instalação dessas instituições. A institucionalização da loucura, aqui como em outros lugares carregou consigo a ambigüidade proteger, tratar e livrar as cidades dos inconvenientes causados pelos loucos. A parcela da população diagnosticada como doente mental foi destinada para as cadeias públicas. As fontes, entre elas os Relatórios de Presidentes de Província, revelaram um anseio por melhorias e um “saneamento” da cidade, afim de livrá-la de elementos que não se adaptavam a este ideal de higiene e ordem pública. Este processo inicia-se por ações isoladas, como a construção do Lazareto da Piedade de Natal, evoluindo para um processo “institucionalização da loucura”.

A força policial nunca se distanciou deste processo, pelo contrário, tinha a responsabilidade de retirar de circulação pública, diagnosticando os presos como “doentes perturbadores”, delegando a responsabilidade deles a instituições responsáveis pelo controle e reclusão desses.

A primeira instituição natalense, que, entre outras parcelas de escória humana, recebia os doentes foi o Lazareto da Piedade de Natal. Os avanços no campo das leis de assistência ao doente mental fizeram com que ocorressem mudanças na sua denominação, no entanto o Lazareto permaneceu o mesmo, com estrutura e ideologia de aprisionamento, preconceito e exclusão, durante 80 anos. Neste ponto é nítida a existência de um marco divisor do processo de institucionalização da loucura no Rio Grande do Norte. As mudanças ainda pontuais começaram a ocorrer a partir da luta de João da Costa Machado, trazendo uma perspectiva

nova ao estado em 1936, a Psiquiatria Social, difundida no Brasil por Ulisses Pernambucano e seus seguidores. No Brasil a idéia que imperava sobre a doença mental era afirmada nos moldes da eugenia, numa perspectiva ambígua assistencialista do Estado Novo e com aspectos do racismo científico. No Rio Grande do Norte houve um aspecto diferencial, pois os trabalhos embasados na Psiquiatria Social, liderados pelo médico João Machado, colocaram o Estado numa posição de vanguarda em relação a maior parte do quadro brasileiro. Através de suas qualidades políticas, conseguiu o apoio de pessoas influentes tanto no cenário nacional como no estadual. Isto permitiu uma mudança estrutural na área da saúde mental no estado. A construção do Hospital Colônia de Psicopatas em 1957, idealizado desde 1936, foi o ápice deste processo. A infra-estrutura de ponta e o orçamento discrepante em relação às outras instituições de saúde do Estado, são testemunhos materiais desta segunda etapa.

No Rio Grande do Norte o processo de Institucionalização da loucura ocorre de forma peculiar. São duas situações que se invertem com relação à capital do Brasil na época: no início do processo o Estado encontrava-se numa situação de atraso com relação ao Rio de Janeiro já que no momento em que instituiu seu primeiro asilo para alienados, o Rio já possuía um <sup>há</sup> 52 anos. Porém em 1957 ocorre uma reversão da ordem, o Rio Grande do Norte ganha um hospital de ponta, baseado na psiquiatria social que buscava reinserir o louco na vida social e o Rio <sup>de Janeiro</sup> continuava com seu modelo asilar antigo de visão e tratamento sobre a loucura.

Este primeiro século de institucionalização da loucura no Estado caracterizou-se por um quadro de revisão profunda da maneira de como se entendia e tratava a doença mental, embora tenha persistido certas práticas e mentalidades que <sup>j</sup>á ainda definiam a loucura como um agente de degenerescência moral. Este quadro modifica-se profundamente após a desarticulação da Sociedade de Assistência a Psicopatas, após a morte de sua principal liderança, João Machado. O processo que se segue é caracterizado por um apego às antigas formas de exclusão do doente mental.

## **Fontes**

---

Relatórios de Presidentes de Província do Rio Grande do Norte. Disponível em: [www.uchicago.edu/info/brazil/index.html](http://www.uchicago.edu/info/brazil/index.html)

Falas dos Governadores do Rio Grande do Norte. Disponível em: [www.uchicago.edu/info/brazil/index.html](http://www.uchicago.edu/info/brazil/index.html)

Leis Federais. Disponível em: [www.planalto.gov.br/legislação.nsf/](http://www.planalto.gov.br/legislação.nsf/)

**Atos e Decretos do Governo de 1957. Lei nº 2155 – A de 22 de novembro de 1957. *Orça a receita e fixa despesa do Estado para o exercício de 1958.***

## **Fontes orais**

---

Entrevista concedida a autora com o médico psiquiatra Joaquim Eloi da Silva realizada no dia 25 de abril de 2003.

Entrevista concedida a autora com o médico psiquiatra Douglas Dogol Sucar no dia 15 de junho de 2003.

## **Bibliografia**

---

- ALEXANDER, Franz G.; SELESNICK, Sheldom T. **História da Psiquiatria: Uma avaliação do pensamento e da prática psiquiátrica desde os tempos primitivos até o presente.** 2 ed. São Paulo, Ibrasa, 1980.
- ANTUNES, Eleonora Haddad; BARBOSA, Lúcia Helena Siqueira; PEREIRA, Lygia Maria de França (orgs.). **Psiquiatria Loucura e Arte: Fragmentos da História Brasileira.** São Paulo: Edusp, 2002. Coleção Estante dos 500 anos nº 6.
- BATAGLIA, Franco (coord.). **A Instituição Negada: Relato de Um Hospital Psiquiátrico.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985 (1968).
- BOUSSER, Chantal. **Introdução a Antipsiquiatria.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976 [1974].
- FAUSTO, B. **O Estado Getulista.** In: História do Brasil. 9 ed. São Paulo, EDUSP, 2001.
- FERREIRA, Ângela Lúcia de Araújo, et all. **Dois olhares, duas propostas e uma solução: contribuição para o estudo do meio ambiente urbano em Natal/RN.** 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica.** 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- MARSIGLIA, Regina Giffoni Et.all. **Saúde Mental e Cidadania.** 2 ed. Edições Mandacaru. Plenário de Trabalhadores em Saúde Mental do Estado de São Paulo. São Paulo, 1990.
- NICÁCIO, Fernanda (org.). **Desinstitucionalização.** Ed. Hucitec, São Paulo, 1990.
- SILVA, Joaquim Eloi da. **Histórico da Evolução da Psiquiatria no Rio Grande do Norte.** Natal, UFRN, Editora Universitária, 1989.
- SUCAR, Douglas Dogol. **Nas Origens da Psiquiatria Social no Brasil: Um corte através da História do Rio Grande do Norte.** Natal: Clima, 1993
- SZASZ, Thomas. **Cruel Compaixão.** São Paulo. Papirus, 1994.

